

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Aspectos particulares da situação atual na América Latina	
<i>Comunicação da Agência Internacional Fides</i>	129
Estatização do Ensino ?	
<i>Pe. Frei Inocêncio de Recife OFM Cap.</i>	133
A Eucaristia, Base da Personalidade	
<i>Irmão José Otão P.F.M.</i>	139
E continúa acontecendo...	
<i>Pe. Irineu Leopoldino de Souza S.D.B.</i>	148
Alguns problemas em torno do voto de Castidade	
<i>Pe. Dr. Prof. Jaime Snoek C.Ss.R.</i>	153
O Instituto de Pastoral da C R B	
Introdução — <i>Pe. Irineu Leopoldino de Souza</i>	159
História do Instituto — <i>Pe. Tiago G. Cloin</i>	163
Estatutos do Instituto	166
Regimento Interno	170
Flenco das disciplinas, número de aulas, Professôres	171
Endereços dos Professôres e do Instituto	173
Preparação das Santas Missões	
<i>Pe. Astério Pascoal C.M.</i>	176
Correspondência das Secções Estaduais	
<i>Curso de Formação de Catequistas de Vitória</i>	185
<i>Secção Estadual do Rio Grande do Sul</i>	187
<i>Núcleo da C.R.B. de Caxias do Sul</i>	188
<i>Formação de Catequistas em Florianópolis</i>	188
<i>Ens. do Religioso obrigatório em Curitiba</i>	189
<i>Encerramento do Curso de Nutricionismo em Recife</i>	189
Novas Fundações	190
Bibliografia	191

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil

Av. Rio Branco, 131 - 9.º andar — Rio de Janeiro — Brasil

Diretor Responsável: Pe. Irineu Leopoldino de Souza S. D. B.

ASPECTOS PARTICULARES DA SITUAÇÃO ATUAL NA AMERICA LATINA

Comunicação da Agência Internacional Fides

A importância da América Latina, em vista de sua população e de suas riquezas, motiva o interesse das grandes potências por ela, assim como a tentativa de influenciar o seu ritmo de vida. Ninguém, no entanto, estaria habilitado, com mais direito que a Igreja, de velar sobre este continente por que a imensa maioria de seus habitantes (até 95,6%) constitui a terceira parte de todos os seus fiéis.

Os países ibero-americanos, nascidos para o progresso moderno e para a fé cristã à sombra da Cruz, constituídos em estados soberanos no século passado, prepararam-se agora a efetuar um grande passo para frente, adaptando a sua estruturação às exigências de um conceito religioso, político e humano conforme a nossa época e baseado, quanto ao último, sobre a justiça social.

Este trabalho é realizado por forças diversas que, teoricamente, tendem à mesma finalidade, mas que, de fato, podem ocasionar tanto a ruína como a salvação. Além disso, no decorrer destas transformações, a América Latina é contrariada por obstáculos consideráveis e por forças de desagregação.

O analfabetismo atinge uma porcentagem elevada: em média 40%. A falta de professores coopera para agravar ainda mais a situação, assim como a ignorância religiosa: o ensino da religião nas escolas oficiais é autorizado em apenas nove países. Esta instrução, por conseguinte, fica inteiramente a cargo dos sacerdotes que, infelizmente, em muitos destes países, são poucos demais. Apesar de os católicos da América Latina constituírem 33% dos fiéis do mundo inteiro, os sacerdotes constituem apenas 8,7% de seu número total. Em outros termos, na América do Sul conta-se um sacerdote por 11.800 almas; na América Central 1 por 14.000 e, nas Antilhas, 1 por 18.000. Ademais é necessário mencionar que estes algarismos não mencionam de modo algum as dificuldades do apostolado inerentes às condições geográficas: certas paróquias têm a extensão de uma diocese inteira. Esta deficiência, da educação em geral, e de formação

religiosa em particular, fizeram da América Latina um campo grandemente aberto, desde há um século, às influências deletérias das forças anti-católicas.

A maçonaria, o laicismo e o espiritismo, aos quais se juntam o protestantismo e o comunismo, ameaçam penetrar no coração do catolicismo e colocam as novas gerações diante de uma encruzilhada perigosa.

A maçonaria, sempre forte desde que êsses países conquistaram a sua independência, não cessou de atacar a Igreja do alto das tribunas parlamentares, usando com habilidade a sua tática de desagregação, escondendo a sua verdadeira fisionomia anti-religiosa, para não enfrenar os sentimentos religiosos do povo. Desta maneira causou ruínas enormes em quase tôdas as Repúblicas Sul-americanas, infiltrou o laicismo no ensino e no seio das famílias e criou núcleos de espiritismo, especialmente no Brasil e em Haiti. Longe de desaparecer, a maçonaria reforçou sua atuação em numerosos países. Em Cuba, por exemplo, 13% dos estudantes das escolas oficiais secundárias são inscritos em associações maçônicas.

A legislação causou grandes ruínas não somente no ensino como também nas famílias, e aí seu trabalho nefasto foi grandemente facilitado pela falta de clero. A fraca proporção dos casamentos religiosos e ao grande número de convivências concubinárias, variando de 70 a 80% em certos países, devem-se acrescentar os danos do divórcio reconhecido pela legislação de 16 Estados da América Latina (sobre 20). Nos países onde vigora esta lei, os divórcios atingem às vêzes a proporção de 1 por 4 ou 5 casamentos.

A infiltração protestante na América Latina data de 1928, mas se intensificou sobremodo desde o Congresso das Igrejas protestantes em Madras em 1938.

A partir de 1946 o protestantismo multiplicou suas scitas na América Latina e, em certos casos, triplicou seu pessoal. Rico em dólares, venceu as dificuldades das grandes distâncias e abriu dispensários e hospitais, escolas, colégios e seminários, conquistando principalmente pela esperança de um bem estar material.

O protestantismo vê seu trabalho na América Latina grandemente facilitado porque lá se trata apenas de destruir uma obra já realizada, ao passo que, em país pagão, é preciso iniciar um penoso trabalho construtivo. A realização dos fins encontra um ambiente propício entre os insatisfeitos e os deserdados e acaba fazendo dos católicos tibios, protestantes interessados e oportunistas que, de fato, são apenas indiferentes, prêsa fácil do materialismo.

A infiltração protestante fêz especialmente grande progresso durante os últimos 15 anos,, mas já desde 40 anos, de 1916 a 1957, seus missionários estrangeiros passaram de 1.689 a 6.303; seus auxiliares sul-americanos de 2.180 a 14.299, dos quais mais de 8.000 leigos; seus adeptos, de 169.880 a 4.614.000; seus templos de 3.530 a 25.891.

O último e o mais terrível perigo que ameaça a fé e o verdadeiro

bem-estar dos povos da América Latina é o **comunismo**. A Assembléia Geral do Episcopado do continente, realizada em Rio de Janeiro de 25 de julho a 4 de agosto de 1955, advertiu a todos os católicos dos "perigos da doutrina e da propaganda comunistas", assim como da "necessidade de se precaver e se defender contra os mesmos, sobretudo lá onde ganharam mais terreno".

O problema econômico-social que pesa sobre todos estes países, de modo particular sobre a Bolívia e o Chile, é o terreno mais propício para a penetração comunista. A situação desumana do operário mal remunerado e mal acomodado, e particularmente do trabalhador rural, que constitui os dois terços da América Latina; a má distribuição da propriedade, juntamente com a mentalidade altiva das minorias; o abandono ao qual foram reduzidos os Índios; a falta de uma sólida formação dos estudantes do ensino superior e universitário, assim como o acentuado laicismo dêsse meio, abriram o caminho ao marxismo que não recua em nenhuma circunstância e se infiltra de mil modos. O fato de que o comunismo é proibido oficialmente na maioria dos países da América Latina, não deve criar ilusões, porque, em realidade, o comunismo dispõe, em todo lugar, de organizações mais ou menos clandestinas. A presença dos grupos sul-americanos no Festival de Moscou constitui uma prova significativa disto.

O caminho fácil por onde o comunismo penetra na América Latina é a ajuda econômica da qual estes países, neste momento, necessitam mais que nunca.

Neste setor a URSS não deixa de explorar hábilmente o descontentamento atual de certos países da América do Sul com relação aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo os núcleos comunistas destes países aproveitam as oportunidades para se beneficiarem do mesmo. Lembrem-se os motins recentes em Santiago do Chile e as manifestações contra Nixon em Lima, Caracas, etc.

No entanto, apesar dos perigos, não se deve encarar o futuro com pessimismo. A Igreja Católica da América Latina avança decididamente no caminho de uma renovação e de uma vida vigorosa. A Hierarquia, e o laicato organizado com ardor juvenil, e uma clara visão das exigências dêste tempo, caminham rapidamente pelas etapas de uma recristianização de todos os setores da vida. O CELAM estuda a fundo os diversos problemas, sugere e coordena as soluções mais eficazes para resolvê-las com a ajuda de outros países, especialmente da Espanha.

A família, o ensino e a questão social são o objeto de preocupações especiais da Igreja. É permitido dizer que neste último setor a Igreja encabeça o movimento em muitos países. A inquietação e o entusiasmo dos movimentos de apostolado são uma garantia de dias melhores.

As Missões gerais organizadas no continente, como a que acaba de se realizar na Bolívia, provam que o catolicismo na América Latina é construído sobre o rochedo e está ancorado nas duas devoções da grande tradição hispano-americana: a Eucaristia e o amor à Virgem Maria.

· · · Numa palavra, os países da América Latina se preparam a percorrer uma etapa importante para o seu futuro e o do mundo, e isto é verdade principalmente do ponto de vista católico.

· · · Esta tarefa, não há dúvida, comporta grandes dificuldades, mas ela encontra na massa, no povo, a vontade e as reservas de fé para ser realizada com êxito. O que falta somente são os meios modernos e o pessoal para freiar uma possível arrancada das forças de destruição e dar à vida privada e pública um catolicismo vivo e ativo.

ESTATIZAÇÃO DO ENSINO?

Frei Inocêncio de Recife OFM Cap.

É este um assunto palpitante e atual que está agitando a consciência brasileira, tradicionalmente cristã e democrática. Da reta solução do problema anunciado depende a conservação e o engrandecimento do rico patrimônio intelectual e moral brasileiro, como de sua errônea solução advirá o estrago deste mesmo patrimônio.

Estatização, quanto ao nome, vem de Estado, e Estado vem de "Status", que significa "firme, estável"; em si, Estado, é "uma agremiação humana em território certo e determinado, subordinada a um poder soberano que lhe dá unidade orgânica" (1).

Os elementos constitutivos do Estado são: o território, o povo, o governo. Na linguagem comum, quase sempre tomamos a parte pelo todo, vendo, por assim dizer, o Estado personificado no Governo. É do Estado, tomado neste sentido, que vem estatização, ou seja, o governo do Estado monopolizando as atividades, as riquezas, as indústrias e, agora até as idéias os pensamentos e a cultura dos cidadãos, por meio do monopólio do ensino. Dizer estatização é dizer monopólio estatal; dizer "estatização do ensino" é dizer monopólio estatal do ensino. Dividimos este pequeno estudo em três partes:

- 1) — A Estatização do ensino funda-se em princípios falsos;
- 2) — A Estatização do ensino lesa os direitos da pessoa humana e as liberdades democráticas;
- 3) — A Estatização do ensino traz péssimas consequências.

1 — A Estatização do ensino funda-se em princípios falsos

Um dos princípios onde se baseiam os defensores da Estatização é o seguinte: "O primeiro dever do Estado democrático é proporcionar uma educação idêntica para todo o povo" (2). Este princípio é falso

1) Clovis Bevilacqua, citado por Amaral Fontoura, "Introdução à sociologia", Editora Globo, 1955, pg. 348.

2) Amaral Fontoura, *ibid.*, pg. 213.

porque "o primeiro e natural agente da educação é a família" (3) e, por isso, "a atribuição do Estado em matéria de ensino é supletiva... o monopólio do ensino, por parte do Estado, fere por conseguinte, o próprio direito natural" (4). E podemos acrescentar que "antes de ser cidadão, deve o homem existir e a sua existência não é devida ao Estado, mas à família" (5).

O princípio certo que se lhe opõe é o da "livre escolha por parte dos pais", pois, "a voz da natureza e da razão, o consenso unânime dos povos, as leis positivas de todos os Estados democráticos, o ensino da Igreja, proclamam concordemente que a educação dos filhos é um dever natural de quem lhes deu a vida" (6).

O segundo princípio falso é o da "Escola comum", ou da "educação universal". Resume-se o segundo princípio nestas palavras: "Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderá ser ministrada pelo Estado; impossível deixá-la confiada a particulares" (7). Se o princípio anterior era um exagero do dever do Estado, o segundo é uma hipertrofia do poder.

O princípio certo oposto é o da "ajuda financeira".

O Estado pode e deve auxiliar, com suas verbas, as escolas particulares a se manterem sem elevar as taxas. O Estado pode e deve criar escolas, onde a iniciativa particular fôr falha, mas evitando "estabelecer concorrência com a iniciativa particular" (8).

2 — A Estatização do ensino lesa os direitos da pessoa humana e as liberdades democráticas.

Entre os "limites do Estado", os sociólogos enumeram "os direitos naturais da pessoa humana"; e entre tais direitos destaquemos "o direito de estudar e educar-se livremente", que é uma das liberdades democráticas. O inolvidável Presidente Roosevelt classificou as liberdades democráticas em quatro: a) Liberdade de palavra; b) liberdade de religião; c) liberdade econômica; d) liberdade de medo (9).

"Nossos objetivos — dizia o grande Presidente Roosevelt — são claros: destruir o militarismo e assegurar a liberdade de palavra, a liberdade de religião, a libertação da necessidade e a libertação do medo em todo o mundo" (10).

Destas "quatro liberdades" interessa-nos considerar a "liberdade

3) Ruy de Ayrés Bello, "Princípios de Administração escolar", Editôra Globo, 1956, pg. 24.

4) *id.* *ibid.*

5) Pio XI, Encíclica "Divini Illius Magistri"

6) Dom Vicente Scherer, Discurso de 23 de fevereiro de 1958. REB, v. XVIII(1958), pg. 273.

7) Anísio Teixeira, "Educação não é privilégio", 1957, pg. 80.

8) Ruy Ayrés Bello, "Princípios e normas da administração escolar", Editôra Globo, 1956, pg. 27.

9) Amaral Fontoura, "Introdução à sociologia", Editôra Globo, 1955, pg. 395.

10) *Id.*, *ibid.*, pg. 396

de palavra" ou melhor "de pensamento".

Liberdade da palavra é "na realidade a liberdade de expor o pensamento, porque a liberdade de pensar é inalienável. Consiste, pois, na liberdade de falar, de escrever, de ensinar" (11).

A "liberdade de ensino" faz parte portanto das "quatro liberdades" que correspondem aos direitos da pessoa humana.

A Estatização do ensino, pretendendo criar a "escola comum" lesa o direito que cada cidadão possui "de estudar e educar-se", mas segundo a própria índole pessoal, sem ser obrigado a aceitar um sistema de estudo e educação, imposto pelo Estado. "Um Estado que atribue a si exclusivamente a tarefa da educação... manifesta uma pretensão incompatível com as exigências fundamentais da pessoa humana. Assim, a idéia da liberdade escolar é admitida por todos os regimes políticos que reconhecem os direitos do indivíduo e da família" (12).

Obrigar, portanto, o cidadão a sujeitar-se à "escola comum" e à "educação universal" é negar-lhe o direito de "estudar e educar-se livremente"; é lesar os direitos da pessoa humana e as liberdades democráticas.

O cidadão tem direito ao matrimônio e, conseqüentemente à prole e à educação da prole, sendo "os mestres, mandatários dos pais" (13).

"Realmente, se a educação dos filhos é um direito natural e intangível da família, as pessoas associadas a esta obra educativa, mestres e dirigentes dos institutos escolares, são mandatários dos pais... Decorre daí um princípio e fundamental aspecto da liberdade escolar: a livre escolha da escola por parte dos pais" (14).

A Estatização do ensino, pretendendo criar a "escola comum" lesa o matrimônio, lesa pelo menos o direito aos frutos do matrimônio, lesa os direitos dos pais sobre seus filhos. A estatização do ensino, enfim, lesando "os direitos da pessoa humana" e as "liberdades democráticas" é uma tese de tendência totalitária.

"O monopólio estatal do ensino é tese essencialmente totalitária e antidemocrática. Nos países satélites da Rússia, os dirigentes soviéticos iniciaram em todos eles a supressão dos direitos políticos e a perseguição religiosa com o fechamento das escolas da Igreja... A socialização dos meios de produção, postulado básico do comunismo, estabelece e firma a tirania econômica do Estado sobre os cidadãos e trabalhadores.

Espoliação pior vem a ser a socialização ou monopólio do ensino, porque escraviza as inteligências" (15).

A estatização do ensino pode manifestar-se como um monopólio

11) id., ibid., pg. 395

12) "L'Osservatore Romano" do 13 de nov. de 1957, citado por Dom Vicente Scherer. REB, v. XVIII(1958), pg. 273.

13) Dom V. Scherer, Discurso de 23 de fev. de 1958 — REB, v. XVIII, pg. 273.

14) id., ibid.

15) id., ibid.

direto e extensivo e pode, também, transformar-se em monopólios disfarçados por atitudes veladas. "Está claro — diz Ruy de Ayres Bello — que, de tôdas essas modalidades de monopólio, a primeira é a mais iniqüa, a que mais frontalmente colide com os direitos fundamentais da família e das pessoas físicas ou morais qualificadas para a função do ensino... A livre iniciativa dos cidadãos só pode ser tolhida ou limitada pelo Poder Público quando de algum modo venha a ofender ou prejudicar o bem comum, que ao Estado compete ressaltar e promover, o que não ocorre com o ensino particular" (16).

As outras formas de "monopólios disfarçados" também são condenáveis. "Seja qual fôr a sua modalidade, — prosegue Ayres Bello — todo monopólio estatal de ensino representa uma exorbitância do Poder Público, altamente lesiva aos direitos individuais e aos próprios interesses da educação" (17).

E Rômulo Amadeu conclui: "O monopólio do ensino aparece na história dos povos como um abuso dos governantes, como uma prepotência do Poder que deseja manejar ao seu arbítrio as idéias e os homens. Essa é a biografia do monopólio, desde Juliano o Apóstata até Napoleão I, desde Frederico II até Adolfo Hitler".

Acrescenta ainda o citado autor que "não há entre os tratadistas do Direito Natural, nem nos mais eminentes mestres do Direito Público, quem atribua ao Estado uma função essencial em matéria de ensino...". Essa doutrina nasceu dos pedagogos, políticos e governantes positivistas da Terceira República Francesa, passando dali para a América Latina (18)..

3 — A Estatização do ensino traz péssimas consequências.

Dentre as funestas consequências da estatização do ensino, podemos destacar: a decadência e a degradação do ensino, da cultura e da educação. "O monopólio converte o ensino — escreve um pedagogo patricio — em coisa do govêrno, e coisa do govêrno, aqui como em toda parte, é "res nullius": não tem dono, ancla à mercê dos exploradores: Que seria do comércio e da indústria se o govêrno açambarcasse tudo? Sem liberdade não há concorrência, e sem concorrência não há progresso. Por que é que só nessa questão capital do ensino havemos de repudiar essa verdade incontestável?".

"A que abismos — continua ainda o citado pedagogo — desceria a cultura da França, da Bélgica e da Itália, se os numerosos e esplêndidos colégios particulares desses países fossem agulhoados à burocracia oficial e se convertessem, como acontece aqui, em fábrica de diplomas?" (19).

16) Ruy de Ayres Bello, "Princípios e Normas etc", pg. 25.

17) id., ibid., pg. 26.

18) Rômulo Amadeu, citado por Ruy de Ayres Bello, ibid., pg. 26.

19) Pe. Arlindo Vicira, "Subsídios para a reforma do Ensino Secundário", Rio, 1937, pags. 49-63.

Ruy Bello responde a esta indagação, "A resposta — diz — a essa indagação pode ser uma: desceria a cultura desses países ao nível degradante em que se encontra a nossa, vítima do vêzo inveterado que os governos têm de mandar demais" (20).

Outra péssima consequência da estatização é o desprezo dos problemas transcendentes do espírito humano e, por conseguinte, o "materialismo crasso" com a exaltação do biológico (21). "O homem — dizem — é simplesmente um animal". E ainda: "Não nos interessa uma teoria que ponha a felicidade humana fora desta vida" (22). E ainda: "A atividade não será, deste modo, um preparação para um bem futuro e remoto... Não vamos ser felizes no futuro. Ou seremos felizes agora ou não seremos nunca... Os que esperam um mundo em que tudo seja seguro e certo para ser felizes, estão a acalentar a mais vã de todas as esperanças... O fim real do homem, o único fim substancial, é o de viver" (23).

Nota-se nos traços acima citados, saídos da pena de conceituado pedagogo nacional, mas de tendências para a estatização do ensino, quais são os fins, ou consequências, colimadas pela tese da estatização. Estes fins são a exaltação da vida natural, a exaltação do biológico, o desprezo por todos os problemas transcendentes e de todas as realidades espirituais.

Finalmente a preocupação última da tese da estatização do ensino é a educação leiga e atéia. Se indagarmos aos corifeus da estatização, se o Estado pode permitir o ensino religioso nas escolas do governo, eles nos responderão: "Poder, pode. Não julgo, entretanto, nem prudente, nem eficaz".

Conclusão

Cumpre-nos, uma vez demonstrada, através de argumentos apodícticos, que a estatização do ensino baseia-se em princípios falsos, com todas as nossas forças rejeitar essa estatização e reafirmar aqui nossa asserção: não estatização, mas liberdade de ensino.

Como decorrência de tudo quanto demonstramos, apresentamos aqui algumas sugestões para a reta solução do problema educacional no Brasil. Repudiamos a estatização total, qual a que se faz no regime comunista; repudiamos, também, as formas de estatização que são monopólios disfarçados, mas reconhecemos os direitos do governo, e dever também, em matéria de ensino. O Estado pode ter as suas exigências. "Exigências — diz Ruy de Ayres Bello — relativas à idoneidade moral e profissional do educador... às condições materiais da escola, sobretudo

20) Ruy de Ayres Bello, "Princípios e Normas etc.", pg. 34.

21) Pe. Dr. Evaristo P. Ams, em REB, v XVIII(1958), pg. 353.

22) Anísio Teixeira, "Educação Progressiva", Cia. Ed. Nac., 1954, pgs. 139-142.

23) id., ibid., pg. 155.

do ponto de vista da higiene, de seu equipamento didático, etc., e até mesmo em relação aos currículos e programas... contanto, porém, que essas exigências rigorosamente se limitem ao que, em tudo isso, constitue condição mínima imprescindível ao normal fundamental da escola" (24).

O Estado tem direito e dever de "controlar, auxiliar e coordenar" (25) as atividades escolares. O Estado tem sobretudo o dever de auxiliar as escolas particulares mediante a justa distribuição das verbas. "A justiça distributiva exige que o impôsto, pago por todos, seja aplicado para o bem de todos. Reservando-o a si, o govêrno está coagindo financeiramente a todos os menos afortunados a procurarem as escolas oficiais. E isso é certamente contra a liberdade democrática" (26). "Centenas e milhares de pais e mães, em todo território nacional, fazem pesados sacrifícios para enviar os filhos aos institutos educativos fundados e mantidos pela Igreja, ou outras entidades particulares" (27). "Tais institutos particulares quando não querem ser apelidados de "comerciantes" e "tubarões" têm que dar ensino à base de puro idealismo ou pobreza" (28). Quantos embaraços e humilhações para arranjar uma verba do govêrno, consistindo nisso o propalado estímulo aos institutos particulares. É revoltante, pois, a acusação de que só os "protegidos" são recebidos nas escolas particulares. "O Ministério da Educação, como é indeclinável obrigação de justiça distributiva do Estado, auxilie com verbas as aulas particulares para que se possam manter honestamente as taxas escolares se não reduzidas ou abolidas".

Infelizmente, talvez, a consciência cristã e democrática do país tenha dormido um pouco sobre esta questão da liberdade do ensino, e já estamos atrasados na solução deste problema enquanto avançam os corifeus da estatização.

Há, por aí, uma "tendência generalizada" do Estado moderno para "impor sua dominação" (29), o que não corresponde ao anseio também moderno, de liberdade.

Negando, portanto, "ao Estado o direito do monopólio escolar, que erradamente êle se reivindica, temos a certeza de dar uma contribuição preciosa e talvez decisiva à vida cultural de nosso povo, ao seu livre desenvolvimento democrático" (30).

24) Ruy Ayres Bello, "Princípios e Normas etc.", pg. 29.

26) Pe. Dr. Evaristo P. Ams, em REB, vol. XVIII(1958), pg. 361.

27) Dom Vicente Scherer, Discurso..., REB, v. XVIII(1958), pg. 274.

28) Pe. Dr. Evaristo P. Ams, em REB, v. XVIII(1958), pg. 362.

29) Dom V. Scherer, Discurso..., em REB, v. XVIII(1958), pg. 274.

30) Id., *ibid.*

A EUCARISTIA, BASE DA PERSONALIDADE

Ir. José Otão P. F. M.

.....
"Eu vim para que tenham a vida e a tenham com mais abundância" (Jo, 10 — 28).

Deus ao criar o homem escreveu um poema de amor, de beleza e de bondade. Não precisava dêle para a sua existência e para sua felicidade. Criou-o, assim mesmo, para gáudio do próprio homem. Deu-lhe uma alma espiritual e o exornou de dons e predicados tão sublimes que o situaram em posição primeira na escala dos seres do universo. Fê-lo rei da criação.

Mas o homem prevaricou. Sucumbiu à tentação, alijou por terra os dons divinos, preterindo-os aos meros gozos dos sentidos.

Deus, porém, se apiedou dele e lhe prometeu a redenção.

E, no meio de demonstrações de amor, na plenitude dos tempos, enviou-lhe seu Filho único para que distribuisse entre os homens a graça da vida divina, regenerando a humanidade decaída.

Por isso, a Igreja reza no ofertório da Missa: "O Deus que maravilhosamente criastes a natureza humana e mais prodigiosamente a reformastes...".

É a história da humanidade relatório contínuo de fraquezas humanas e de larguezas divinas. É a história da humanidade a elaboração lenta e vagarosa do poema de amor que Deus sonhou em cada homem, poema, cujo desenvolvimento espera apenas o beneplácito e a correspondência humana.

Vida natural e Vida sobrenatural

Duas vidas podem encontrar-se no homem, vidas superpostas, distintas, cada qual determinada e mantida por princípios próprios: a vida natural e a vida sobrenatural.

A vida natural tem por princípio primeiro a alma espiritual, forma substancial do corpo, princípio da tríplice atividade do homem na ordem vegetativa, sensitiva e racional. Alma e corpo formam a essência do homem. Servido o primeiro por órgãos e a segunda por funções ou faculdades, de sua união substancial resulta a maravilha da criação.

Com o auxílio dos sentidos e das faculdades e coadjuvado pela carga poderosa das forças instintivas realiza o homem a série de atividades exigidas pela sua vida natural.

Alma e corpo, unidos substancialmente, constituem a pessoa humana, cujo pleno desenvolvimento formará a personalidade.

Ao lado e acima da vida natural, na qual, aliás, podia Deus ter deixado o homem, existe a vida sobrenatural.

A vida sobrenatural, dom gratuito e complementar de Deus, é a filiação divina pela graça, filiação iniciada no batismo, sustentada pela Eucaristia e consumada na eternidade feliz. Deus desceu até nós e fêz-nos de sua raça. Como a mãe dá ao filho a própria vida, assim procedeu Deus com os homens. Em consequência, o homem batizado é irmão de Jesus Cristo e coherdeiro do reino eterno. Reveste-se de uma dignidade incomparável que Deus gratuitamente lhe concedeu. Por ela, mergulhamos nós, os homens, as raízes na alma divina, nos alimentamos de sua essência e respiramos já no tempo os ares da eternidade.

Se a vida natural nos situa entre as criaturas de Deus, a vida sobrenatural nos constitui seus filhos muito amados e queridos.

Missão formadora da Igreja

A grande preocupação da Igreja, educadora e mestra dos povos em nossa época como em todos os tempos, foi a formação cristã das novas gerações, foi a multiplicação dos filhos de Deus, foi o cultivo da vida natural e, especialmente, da vida sobrenatural. Para positivar o seu escopo, além da palavra oral e escrita utilizada pelos sacerdotes e ministros, organizou-se dentro da Igreja, sob as bênçãos e sua orientação, uma multidão de famílias espirituais, de ambos os sexos, cujo papel principal é a realização da obra educativa.

Para cuidar da vida natural e da vida sobrenatural das novas gerações a Igreja, depositária da doutrina do Divino Mestre, erigiu todo um sistema pedagógico-educativo, por meio do qual transmite aos homens e em especial à mocidade o manancial das riquezas educativas contidas nas palavras e exemplos de Jesus.

A educação é a arte de formar e de desenvolver na criança o homem enquanto tal e com toda a perfeição que a natureza comporta, visando não só o tempo mas a eternidade.

Há na obra educativa um dualismo de elementos: um ativo, operante, que é o educador; outro passivo, atuado, que é o educando.

A ação do primeiro só é eficaz se há colaboração do segundo, colaboração consciente, pessoal e livre.

Há também na obra educativa uma causa exemplar: é a pessoa de Jesus.

Em sua monumental encíclica sobre a Educação, o S. Padre Pio XI define a educação como "a obra que produz o verdadeiro e íntegro homem de caráter" (*Divini illius Magistri*).

“Homem de caráter, continua o Sumo Pontífice, é o que sente, julga e age sempre conforme a reta razão iluminada pelos exemplos e pela doutrina de Jesus Cristo”.

O homem de caráter assim definido é aquêle cujos atos sensíveis ou intelectuais, morais ou espirituais, públicos ou particulares sintonizam plenamente com a doutrina de Jesus Cristo. Dêsse modo tudo nêle leva a marca da espiritualidade, nada realizando de inútil ou de indifferente.

Mas, se a educação visa especialmente a formação do caráter individual, visa também criar e desenvolver as qualidades humanas que tornem a vida social fácil e agradável. Visa formar personalidades equilibradas, sereno-psíquicamente, personalidades amadurecidas e ajustadas para as quais a vida particular e pública seja de agrado para o indivíduo e de proveito para a comunidade social.

A formação dêstes caracteres e destas personalidades só é possível à luz de uma luminosa filosofia da vida à base de uma vivência religiosa completa na qual a Eucaristia tem sua parte principal.

Pessoa e Personalidade

A personalidade é a pessoa humana plenamente realizada. Filósofos e psicólogos têm-se preocupado em analisá-la e caracterizá-la, assinando, os primeiros, os dados constitutivos essenciais, destacando, os segundos, as multiformes e variadíssimas manifestações.

A pessoa é; a personalidade se faz.

Filosoficamente falando, pessoa, na lapidar expressão de Boécio (*De duabus naturis*) é “uma substância individual de natureza racional”. Completando e explicitando essa definição diz S. Tomás: “É a pessoa humana a perfeição máxima na ordem da natureza, independente e incommunicável na ordem da essência e da existência” (S. Tomás, Ia, q. 29).

Na mesma ordem de idéias, a personalidade exprime a determinação constitutiva da pessoa. “Dois momentos podemos nela considerar: o inicial, constituído pela natureza racional e livre do homem; o terminal, compreendendo o exercício da liberdade como processo operativo visando um fim e como unificação e coordenação de valores” (Enciclopédia Católica).

A personalidade é a síntese do aspecto estático e dinâmico do ser espiritual enquanto está empenhado na realização do próprio fim.

A personalidade não é nenhuma das partes integrantes consideradas isoladamente. A personalidade não é o eu. Não é a consciência do eu. Não é a liberdade. Não é a racionalidade. É o seu conjunto. A personalidade é uma totalização.

A personalidade é a pessoa em ação, a pessoa que afirma os valores para cujo fim existe. A personalidade é aquilo pelo qual cada ser racional é um sujeito independente, ao qual se atribuem sua natureza, sua existência e suas operações.

Do ponto de vista psicológico a personalidade é o resultado da formação da pessoa, manifestada pela unidade e pela independência do caráter.

A formação da pessoa deve atingir certo grau cultural e moral, pois, só dêste modo nela atuará com plenitude o princípio da responsabilidade.

A personalidade psicológica, muito estudada em nossos dias (vide Allport), "surge das disposições nativas, radicadas em cada indivíduo e se desenvolve pelo exercício das próprias capacidades, conformemente aos gostos, tendências e inclinações de cada indivíduo e de acôrdo com o comportamento particular que êle assume no ambiente social que frequênta" (Gemelli, *Introduzione alla Psicologia*).

Embora o conceito metafísico de personalidade implique em independência no ser e no agir, o conceito psicológico abre tôdas as possibilidades para uma ação centrípeta, possibilitando a educação e a formação. A pessoa humana está aberta para a verdade, para o belo, para o bem, para a justiça, para o amor.

Todo o esforço da verdadeira pedagogia se volta para a formação de personalidades autênticas. Os educadores de todos os tempos não visaram outro objetivo. E a Igreja, mestra e educadora dos povos, sempre pôs seu máximo empenho em promover a formação integral da personalidade, utilizando as técnicas humanas e empregando também e principalmente a divina pedagogia dos Sacramentos, dentre os quais sobreleva o da Eucaristia.

A vida espiritual imperando na alma dá ao indivíduo aquela unidade de ação e aquela independência de caráter que constituem as personalidades vigorosas.

Compreende-se facilmente que sob o ponto de vista psicológico e moral uma personalidade humana cresce tanto mais quanto mais procura unir-se intimamente com Deus.

Embora o vigor das personalidades se meça pelo grau de independência no ser e no agir, é preciso entender que esta independência só se refere às coisas inferiores à pessoa, às coisas que podem ser dominadas pela razão e pela liberdade.

Prevalece, porém, o princípio de que se o pleno desenvolvimento da personalidade consiste em tornar-se o homem cada vez mais independente das coisas inferiores, consiste também em estar sempre sujeito estreitamente à Verdade, ao Bem, ao mesmo Deus.

A personalidade humana cresce na medida que diminue diante da personalidade divina.

E' por êsse motivo que a Igreja não conhece uma autêntica pedagogia divorciada da vida sacramental, cujo fim é aumentar a presença de Deus no homem.

A cultura religiosa e a prática da Religião, e em particular a vida Eucarística, constituem as bases da valorização da pessoa, e, conseqüentemente, da realização plena da personalidade.

Pessoa humana e Filiação divina

Maravilhosa é a pessoa humana na vida natural; mais maravilhosa ainda quando portadora da vida sobrenatural, pois, como "operatio sequitur esse", assim, as ações humanas irão corresponder ao princípio divinizante que opera no homem. Daí o mérito eterno dos atos praticados quando em estado de graça habitual, quando em estado de vida espiritual.

Assim como no plano natural, a alma é o princípio ativo, assim, no plano sobrenatural, a graça santificante, é e deve ser o princípio impulsionador de nossa vida espiritual.

A graça habitual, a graça santificante, é um dom gratuito, dado por Deus por nímia bondade, visando auxiliar-nos a realizar o fim sobrenatural, isto é, a posse de Deus neste mundo, de modo invisível, mas real, e, a posse indefinida na beatitude do céu. É pela graça habitual, pela graça santificante (inchoatio aeternitatis) que nos preparamos para a visão beatífica. É a graça que nos santifica.

Por ela, Deus transforma a substância de nossa alma e a faz viver de sua própria vida. Pela graça, a alma fica elevada a uma ordem superior de perfeição, fica situada num plano novo de ser, de existir e de operar, possibilitando-lhe o mérito sobrenatural.

Por suas próprias forças é a alma humana incapaz de elevar-se a estas alturas. Por isso, podemos falar em nova idade, em nova criação, só possível a Deus.

Por isso ainda afirma Santo Agostinho: "Assim como a alma é a vida do corpo, assim Deus é a vida da alma". Admirável consórcio este entre Deus e a criatura. Admirável e misterioso consórcio que sem destruir nossa natureza a eleva às culminâncias da divindade.

E o resultado primeiro desta deificação, na linguagem de S. Pedro (Pdr II, 1, 4), é a filiação divina, com tudo quanto ela implica de dons, vantagens e privilégios. A alma assim purificada é o templo da Trindade Santa. Deus nela mora segundo a palavra de Jesus: "Se alguém me ama... meu Pai o amará e nós viremos a ele e nele faremos morada" (Jo 14, 23).

A graça santificante não é pois, apenas ausência de pecado, nem posse de uma pureza singular e perfeita, nem a realização de uma beleza que nos torna agradáveis a Deus, nem um simples estado de amizade com Deus. É tudo isso e muito mais. É a presença íntima de Deus em nós, é a vida de Deus em nós, é a posse da alma por Deus, é a infusão na alma da perfeição divina, e isso de modo tal que é o próprio Deus que vive em nós. Daí a palavra de S. Paulo: "Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim" (Col II).

Admirável, extraordinária e sublime bondade de Deus. Elevar a alma a tais alturas, conceder-lhe tais dons e privilégios. Tornar a alma partícipe de sua natureza divina e não apenas em sentido metafórico, mas em sentido real. É assim que compreendemos a expressão inspirada do salmista: "Eu disse: Deuses sois" (Ps 81, 6).

Mistério da graça santificante, mistério da filiação divina, mas mistério que é radiosa realidade, que é realidade capital de nossa vida. Nós não compreendemos todo o alcance desta sublime elevação. Nossa inteligência natural e humana, só pode compreender o que é natural e humano e aqui tocamos o sobrenatural e o divino. E no entanto, nada de mais positivo o real.

A filiação divina terá no céu sua misteriosa consumação. A alma humana estará eternamente associada à intimidade trinitária. Ela contemplará e cantará eternamente a beleza e a bondade de Deus. Só lá terminará o mistério e brilhará o plano de Deus sobre o homem e a luz de Deus pelos séculos sem fim.

Plano de Deus e plano dos homens

É para isto que Deus criou o mundo. Tendo em vista a beatitude feliz, é que Deus criou o homem. Ao homem de corresponder ao plano de Deus.

Corresponde êle realmente? Conseguiram os vinte séculos de Catholicismo fazer compreender à humanidade toda esta magnífica obra que Deus planejou em seu infinito amor?

Infelizmente, a resposta não é totalmente confortadora.

O mundo em boa parte está afastado de Deus e em consequência não tem equilíbrio e seriedade.

O crito satânico de Nietzsche: "Sabeis o que quero? A morte de Deus" teve eco, infelizmente, em nossa época, penetrada de progresso material, impregnada de ansias de bem estar e conforto físico, mas descuidada do seu verdadeiro fim.

Deus não morre, Deus não pode morrer. Vãos, pois, os sonhos e planos daquele filósofo. Mas, Deus já não vive em muitas almas, e esta ausência de Deus é o desarvoreamento de toda harmonia, de toda ordem e de toda a paz nestas almas e no mundo.

As trevas que cobriram a terra à morte de Jesus no Gólgota se repetem nas almas sempre que Deus é nelas morto, isto é, sempre que Deus é delas banido e eliminado.

Destruindo o plano de Deus sobre a pessoa humana e sobre o mundo, instalou-se o plano dos homens. E aí temos a ausência absoluta de paz e de tranqüilidade.

Aí temos o homem convertido numa simples peça mecânica da engrenagem universal. Aí temos a invasão das injustiças sociais, a negação dos direitos, a conspurcação das liberdades.

Aí temos a banição da fraternidade e a extinção do amor. Aí temos o homem cansado de todos os caminhos. Aí temos o homem espavorido, açoitado de angústias e temores. Aí temos o homem vítima dos próprios cálculos, interesses, traições e deslealdades.

Não é preciso que nos demoremos em contemplar a situação da humanidade, tão bem caracterizada por Gorghiu em sua obra "25ª Hora"

para perceber que um profundo desequilíbrio paira sobre o mundo, e lhe está a ameaçar a própria existência.

E' preciso que "o plano de Deus" volte a reinar na terra. E' preciso que os povos e as nações reconheçam o fracasso das próprias tentativas de auto-suficiência. E' preciso que o homem, individual e coletivamente se volte para Deus. E' preciso, em particular, que a mocidade, desde o início da vida, enverede pela verdadeira estrada que a conduzirá à plena realidade de seu destino.

E' preciso que a pessoa humana, cansada das "nourritures terrestres" de que nos fala Gide, se volte para o "panem de coelo" que Cristo lhe preparou.

A Eucaristia e a personalidade

Com propriedade disse o filósofo que em cada ser deve predominar o que nele houver de mais elevado. Assim, no vegetal prevalece a vegetabilidade sobre a simples existência; no animal, a sensibilidade sobre a vegetabilidade; e, no homem, do ponto de vista puramente natural, a racionalidade sobre tudo o mais.

Adotando este critério, perfeitamente aceitável, porque racional, no cristão, na alma redimida pela graça, deve predominar o espiritual sobre o temporal. A mais elevada das vidas, a vida espiritual, caberá orientar as demais, dando-lhes o rumo que lhes cabe seguir.

A luz destas considerações percebemos de imediato a absoluta necessidade da presença de Deus na alma como seu princípio operador no plano espiritual. Mas, a vida da alma, que é a graça, trazida pelo batismo, restabelecida pela confissão e penitência, não tem estabilidade, não tem duração, nem tem equilíbrio, sem um alimento apropriado, sem um alimento espiritual com ela, sem o manjar que Deus lhe preparou na Sagrada Eucaristia. "Panem de coelo praestitisti eis".

Como a vida do corpo necessita de alimento adequado e como a vida da inteligência tem sua nutrição específica, assim a vida da alma necessita de modo contínuo e permanente do alimento espiritual.

Estas verdades meridianas, muitas vezes deixam o cristão indiferente. A fascinação do mundo, a atração da sensibilidade, a impregnação da materialidade, abafam e amortecem ou estiolam as mais elevadas aspirações humanas. E' a concupiscência, é o homem velho que atua em nós, mesmo após o batismo santificador. Daí os gemidos do Apóstolo: "Quem me livrará deste corpo de morte? Vejo nos meus membros uma outra lei que se opõe à lei do meu espírito e que me faz escravo da lei do pecado, que está nos meus membros" (Rom 7, 23 — 24).

Mas, se existe a lei do pecado, também existe a lei da graça.

Jesus, para toda a humanidade e para cada um de nós em particular, tornou-se hóstia de expiação e fonte da graça divina.

A amorosa disposição da Providência fêz com que a graça que o Batismo infunde nas almas possa medrar e produzir frutos de redenção.

Para tanto, instituiu o divino Redentor os vários sacramentos destinados a manter e a desenvolver a graça nas almas. O Batismo a faz nascer; a Crisma, a fortalece; a Eucaristia, a alimenta; a Penitência, a Extrema-Unção dispõem a alma para a Comunhão; a Ordem, prepara os ministros dos Sacramentos; o Matrimônio, é a figura da união amorosa entre a alma e seu esposo, Jesus Cristo Sacramentado.

O efeito natural dos sacramentos, é o desenvolvimento da vida espiritual com tôdas as suas conseqüências.

Mas, se todos os sacramentos conferem a graça, a Eucaristia é por excelência o Sacramento central, o Sacramento da união e da caridade:

E' êle o centro para o qual se dirigem os demais como raios de um círculo aos quais cabe preparar a união com Cristo, neste realizada plenamente.

Nos outros sacramentos, Jesus Cristo, Deus e homem, confere a graça, aplicando por meio de seus ministros os símbolos santificadores. Na Eucaristia é Êle mesmo o Sacramento e, por meio de sua união, constituída em forma de comida e de bebida, derrama nas almas a superabundância de suas graças.

Por êsse motivo com reverência e respeito o chamamos de Santíssimo Sacramento.

O homem todo se beneficia da ação extraordinária da Comunhão: a alma, porque lhe é semente da eternidade, e o corpo, porque lhe é fonte de equilíbrio, de serenidade, de paz e de concórdia.

E' com razão que o grande Marista, Beato Eymard, fundador da adoração perpétua, escreve: "E' obra da Eucaristia no homem espiritualizá-lo por completo: o espírito, o coração e, por meio dêle os sentidos" (A SS. Eucaristia, II, pág. 117).

O espírito se torna mais espiritual. O homem se torna mais homem de Deus. O coração se torna mais puro e conseqüentemente mais amoroso e mais generoso. O coração alimentado pela Eucaristia elimina de si os egoísmos que empobrecem e enjoam a humanidade e se transforma em centro de união e de caridade. Nêle se instala e impera a lei do amor. O amor eucarístico só pode gerar o amor. E onde há amor há felicidade. Onde há felicidade há paz, há paraíso.

A Eucaristia é o paraíso do coração.

Os sentidos também se purificam pela Eucaristia. Os olhos estão mais abertos às belezas da criação. Os ouvidos mais atentos à voz das inspirações. O tato, mais resignado aos incômodos da vida.

Tudo é espiritualizado pela Eucaristia.

O ser humano todo é favorecido. Corpo e espírito são atingidos. Em conseqüência, a própria personalidade humana se eleva, se engrandece, se assemelha ao divino modelo com o qual estará sempre mais em "comum união".

A espiritualização produzida pela Eucaristia dá ao homem a força para a vida moral, a luz para a compreensão exata do cristianismo como um modo de vida, o equilíbrio ante os contratemplos e dificuldades da

existência, e a intenção valorizadora de tôdas as ações cotidianas.

A espiritualização produzida pela Eucaristia gera as almas apostólicas, as quais, agradecidas dos favores recebidos, desejam levar às demais almas as mesmas graças que usufruem.

A espiritualização produzida pela Eucaristia é a fonte de todos os heroísmos, de tôdas as dedicações, de todos os empreendimentos, de todos os martírios.

A espiritualização produzida pela Eucaristia é princípio eficaz do restabelecimento do plano de Deus no mundo, do "mundo melhor", tão almejado pelo S. Padre Pio XII, de saudosa memória.

A espiritualização produzida pela Eucaristia é o penhor da restauração de nossa integridade primitiva e de nossa ressurreição no fim dos tempos.

A espiritualização produzida pela Eucaristia é a vida crescente de Deus em nós, à semelhança da vida produzida em Jesus pela personalidade divina do Verbo.

A espiritualização produzida pela Eucaristia é, finalmente, o antegozo das alegrias eternas do paraíso, aonde, com os anjos e os santos esperamos cantar as misericórdias do Senhor.

Conclusão

A pessoa humana é a obra prima da criação. Ela só realizará plenamente suas virtualidades, ela só desenvolverá totalmente sua personalidade, se se voltar para Deus, se dêle se aproximar, se dêle viver, se dêle se alimentar na Eucaristia.

Deus está presente em tôda a parte e em tôda parte pode ser procurado. E' porém, na Eucaristia que em especial Êle instalou sua morada. E' lá que está misteriosamente e realmente presente e é lá que Êle espera o homem para o festim do seu amor.

A Sagrada comunhão, transformando as almas, faz de cada cristão um "alter Christus", elevando a natureza humana às mais altas culminâncias, e assemelhando os homens à personalidade divina de Jesus.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — A Vida interior — Pe. Leon Deleon, S. C. J. — Taubaté, 1946.
- 2 — A Santíssima Eucaristia — B. Pedro Julião Eymard — Vozes, 1954.
- 3 — Notre vie divine dans le Christ Jesus — L. Liagre C.S.S., Seine, 1943.
- 4 — Introdução alla Psicologia — Gemelli — G. Zunini, Milão, 1947.
- 5 — Enciclopédia Católica — Persona e Personalità.
- 6 — Inteligência Teológica, II — Teixeira Leite Penido — Vozes, 1954.
- 7 — Educação e Personalidade — R. Zavalloni — Vozes, 1956.
- 8 — Lumen Vitæ — n.º 4, outubro-dezembro de 1952.
- 9 — El Salvador y su amor por nosotros — Garrigou Lagrange — B. Aires, 1947.
- 10 — Anais do IV Congresso Interamericano de Educação Católica — A.E.C. do Brasil — Rio de Janeiro, 1951.

E CONTINUA ACONTECENDO

Pe. Irineu Leopoldino de Souza SDB

Apesar de nossas reiteradas insistências, em circulares, alocuções, reuniões, em artigo da nossa Revista, em telefonemas, ainda continua acontecendo que Superiores de casas religiosas caem no conto do vigário — ou no conto da madre — e dão para o malandro o dinheiro sagrado que deveria ser do pobre ou das vocações.

Tôda vez que os malandros inventam uma nova fórmula, que nossa imaginação não é capaz de imaginar preventivamente, a não ser que mudássemos de profissão, graças a Deus, acontece de novo, com modalidades diversas, o fato, com a mesma essência, com o mesmo substantivo. Mudam apenas os adjetivos.

A portaria ou ao locutório de nossa casa chega o pobre, contando uma história comovente. Faleceu-lhe a mãe, ou a filha, e êle não tem dinheiro nem para pagar o caixão do enterro. Fala o coração. E lá se vão algumas centenas de cruzeiros. Quando nos propomos, pondo de parte nosso comodismo, ir até a casa do pobre infeliz, fazer uma visita à sua família enlutada, fazer gratis a encomendação e o enterro, êle se vê todo atrapalhado. Ele não quer o caixão para o defunto que não existe. Quer só o dinheiro para continuar na sua malandragem, que é muito real.

Vem outro dizendo que está sem emprego. Sabe fazer muita coisa. Tem todos os documentos em ordem. E mostra uma porção de carteiras e de atestados. Precisa comer, pois já é de tarde, e êle ainda nem tomou café. E a humanidade é mesmo malvada, e não lhe dá trabalho em parte alguma. E lá se vão os cruzeiros para pagar mais um dia de malandragem. Se nós lhe oferecermos trabalho em nossa casa, para varrer, fazer a faxina, ou um serviço qualquer, êle inventa alguma desculpa e se vai embora. Certa vez, à sede da CRB, um pobre infeliz destes, quando lhe pus à disposição qualquer trabalho, êle pediu o emprego de "substituto". Datilógrafo, correspondente, êle trabalharia quando faltasse o outro. Se o titular do posto viesse, êle ficaria descansando de tanto fazer nada.

Pobres criaturas, para as quais muitas vezes a gente fica mesmo

sem saber o que fazer. A desgraça, a miséria, a fome, o desemprego que grassa pelos nossos grandes centros, rotundando a prosperidade de poucos privilegiados de um sistema econômico-social que não é cristão, é um fato triste. Pai de família numerosa — seis ou sete filhos — ganhando salário mínimo. Outro, que, para reforçar o magro orçamento doméstico, arranhou um trabalho para a esposa, fóra de casa. E enquanto os dois estavam fóra, uma filhinha de dois anos morreu queimada em casa, porque não havia lá ninguém para assistí-la. Só Deus sabe quanta infelicidade e quanta dor nos arrabaldes de uma grande cidade.

Pois bem. Quando nos depararmos com um caso concreto, positivo, sejamos largos e generosos. Deus nos devolverá em dobro o que tivermos dado ao pobre, que também é imagem do nosso Divino Salvador. Mas não sei se na eternidade receberemos o prêmio daquilo que tivermos dado aos malandros, que sem dúvida não são imagens de Nosso Senhor. O pobre verdadeiro sim. O malandro, não. Como distinguir? Ponhamos de lado o comodismo, e vamos sindicar, vamos examinar o caso, vamos visitar o lugar indicado. Mas o horário, a comunidade, as práticas de piedade... Ora, ora. Se tudo isto vale mais que um ato de caridade para socorrer um doente ou um miserável.

As vezes a gente perde a viagem. Mas não perde o dinheiro, que fica reservado para o verdadeiro pobre. De uma feita fui a Jacarepaguá, procurar uma casa e uma família na estrada do Capenha. Era uma tarde de sabado. Dei um passeio e descansei um pouco da máquina de escrever da Conferência. Mas não encontrei nem sinal da história comovente que o pobre homem me havia contado para ganhar quinhentos cruzeiros. Isto em 1955 era dinheiro, valia alguma coisa.

Se todo o conto do vigário ou da madre em que caímos em nossas casas fôsse desta natureza, certamente Nosso Senhor ainda nos perdoaria a reta intenção e a boa vontade de ajudar aos pobres. E quando se trata do negociista, que vem oferecer uma peça de puro linho, trazido de contrabando a bordo do navio que está no porto, e nós compramos por um preço irrisório, certos de que fizemos um excelente negócio? De linho realmente eram os primeiros metros. O miolo, o restante, não passava do mais vulgar e ordinário algodão. Ou então adiantamos o dinheiro para uma mercadoria muito barata, que depois não chega nunca mais à casa religiosa. Ou adiantamos uns contos de reis, para um grande amigo nosso e benfeitor devoto do santo padroeiro da capela, pagar umas taxas no Banco ou no Ministério, e com isto retirar dezenas de contos de reis que êle nos dá como esmola para ajudar a igreja ou a capela. Ou nos manda o coupon de um concurso para ganhar lotes de terrenos em cidades distantes, cuja existência e valor não nos é possível daqui averiguar. Todos ganham o concurso. Ninguém erra. E lá se vão os contos de reis de despesa para posse de um terreno que nós não vimos, não sabemos em que ponto fica, nem mesmo temos certeza se realmente existe. Ou então adiantamos dinheiro para edição de um livro contando maravilhosamente a histó-

ria da Igreja em nosso Estado, e o livro leva anos a ser publicado, e quando vamos ver, que pena. . . Já disse mais de uma vez àqueles nossos amigos — ou melhor, amigos do nosso! — que façam primeiro seus livros, e depois nos tragam aqui à Conferência. Se forem bons, nós seremos os primeiros a comprar, e a recomendar vivamente a tôdas as casas religiosas do Brasil, e não somente às daquele Estado. Inútil. Temos pregado no deserto até agora. E o dinheiro das vocações continúa financiando negócios que não nos interessam absolutamente. É por aí afora. Não é possível enumerar todos os casos. Menos ainda é possível prever os que vão inventar ainda. Quando uma empresa qualquer começa a vender ações a casas religiosas, e a dizer que esta e aquela já compraram, que esta e aquela diocese — interessante: invocam sempre, para isto, a autoridade dos Senhores Bispos — também já adquiriram, e que é um excelente negócio: cuidado. Quando a esmola é demais o santo desconfia. As companhias sérias anunciam suas ações, para que o público saiba onde devem ser adquiridas. Ou põem à venda na bolsa de títulos. Não mandam emissários procurar as casas religiosas. O simples fato de procurar o capital dos religiosos, já está indicando que se trata de negócio mau, porque nós somos os mais ingênuos, mais desconhecedores de negócios, os que mais facilmente caímos nestas histórias. Por isto nos procuram quando a coisa não é boa. Quando um Banco põe seu pessoal na rua, procurando as casas religiosas, pedindo depósitos, e prometendo que fazem e acontecem, podemos estar certos de que vai haver corrida, e que teremos falência. A esta altura talvez, se consultássemos o Banco do Brasil, saberíamos que já saiu da compensação, ou seja, já não tem crédito entre os demais bancos. Mas nós ainda depositamos, porque os juros que oferece são muito mais compensadores do que o outro banco onde tínhamos nossas parcas economias.

Os moralistas e juristas observam sempre que no conto do vigário, é tão culpado quem passa, como quem o recebe. Por isto mesmo a pessoa lesada não pode recorrer à polícia. Se alguém me oferece por dez cruzeiros uma mercadoria que tôdas as lojas estão vendendo por cem, evidentemente estamos diante de uma coisa roubada ou contrabandeada. Ficar com esta coisa, é ser conivente com o crime praticado. É lógico.

Mas não é somente no caso do conto do vigário que as coisas continuam acontecendo. Também na alfândega, para religiosos que vêm do exterior, ou como imigrantes, isto é, chegados ao Brasil pela primeira vez, ou que voltam de viagem ao exterior.

Alguns religiosos e religiosas pensam que temos direito a isenções e favores, pelo simples fato de sermos religiosos. Ora, privilégios, só conheço os do Direito Canônico para os iniciados nas sagradas ordens. A lei civil não reconhece nenhum privilégio para pessoa física. Fazem depois, e o mundo está cheio de privilegiados, ao lado de outros infelizes e miseráveis. Mas oficialmente a lei não contempla nenhum privilégio e nenhuma isenção para pessoas físicas. Há isenção de direitos alfandegários para as instituições de caridade, de educação, de assistência à saúde

ou assistência social, desde que preencham as condições estipuladas na Constituição Federal, artigo 31, inciso V, letra b, ou na lei 3.193/57. Para instituições, para pessoas morais, entes jurídicos. Ora, o passageiro é pessoa física, e tudo que vem em nome dele, como bagagem, oficialmente é propriedade dele, como pessoa física. Logo, não tem direito a nenhuma isenção. E os nossos caríssimos missionários, a quem devemos tanto, e a quem somos sempre eternamente reconhecidos, querem ter isenção de direitos alfandegários, alegando que são missionários.

Tudo o que vem como bagagem, está sujeito a imposto. Maior ou menor conforme se tratar de coisa nova ou usada. Para se gozar da isenção, é necessário que os objetos ou máquinas e equipamentos, tenham alcançado primeiro a licença prévia de importação, venham em remessa comercial comum, carga desacompanhada de qualquer passageiro, e destinadas a uma instituição de educação ou de assistência.

A lei alfandegária brasileira é bastante severa no que se refere à bagagem de passageiro. Aliás, em muitos países da Europa, por onde viajei, e nos próprios Estados Unidos, encontrei restrições tão severas ou mais ainda que as nossas. Ninguém pensaria em entrar na Alemanha ou nos Estados Unidos, com um automóvel ou um projetor de cinema, com isenção de direitos alfandegários. Porque se há de pensar nisto, quando se vem para o Brasil?

Como bagagem, segundo nossa lei, são considerados somente objetos pequenos, até dez quilos cada um, de uso estritamente pessoal. Não pode o conjunto destes objetos ultrapassar a cem quilos de peso. Roupas, livros, máquina fotográfica, binóculo, máquina de filmar, máquina de escrever portátil, são evidentemente conceituadas como bagagem. Não se permitem duplicatas do mesmo objeto. Uma máquina de cinema, um projetor, não é considerado bagagem. Fisarmônicas, estão taxativamente excluídas. Uma motocicleta pesa mais de dez quilos. Logo, não é bagagem. Gravador de som não é objeto de uso pessoal. E, assim outras coisas. No entanto, ou por desconhecimento da lei, ou por teimosia, todo dia estão chegando religiosos, com casos por resolver na alfândega. Continua acontecendo...

Muita coisa não convém de modo algum trazer do estrangeiro. Encontra-se aqui, produzido no Brasil, na maioria dos casos, tão bom como o estrangeiro, produzido pelas mesmas fábricas, em outros países e aqui. Uma enfermeira religiosa desembarcou certa vez no porto do Rio de Janeiro, trazendo uma quantidade de ataduras e gazes. Ora, o Brasil é um país exportador de algodão. Naturalmente aquela passageira pagou mais de alfândega, do que custava o material que trouxe. E não havia possibilidade de isenção, porque pessoa física não tem isenção.

Muito freqüente é o caso de religiosos viajando em grupo, de dois, quatro ou mais, e fazendo a bordo uma única declaração de bagagem. E está o caso criado. Oficialmente, um só é o proprietário de todos os objetos. E começam as duplicatas, proibidas pela lei. Mas nós somos quatro,

dizem, perdendo a paciência. Mas três não fizeram declaração de bagagem. Logo, não têm bagagem, não trouxeram nada. E um só declarou tudo como seu próprio. É dono de tudo. E começam as multas e as taxas. Nós já avisamos, pessoalmente, por carta, já informamos aos responsáveis por expedições ou por viagens no exterior. E continua acontecendo...

Há um desejo grande de muitas casas religiosas de trazer veículos do exterior. O carro mais procurado é o jeep. Ora, um jeep hoje, nos Estados Unidos ou na Europa, não custa menos de dois mil dólares. Mais quinhentos dólares de frete, e temos o carro, no porto do Rio ou de Santos, por dois mil e quinhentos dólares. Mas esta importância, êstes dólares, convertidos em cruzeiros, ao preço medio d'êstes últimos dias, perfazem precisamente a importância de Cr\$ 350.000,00 que é quanto custa um jeep Willys, novo, fabricado pela Willys Overland, no Brasil. Se é assim, para que enredar-se num complicado e interminável processo alfandegário, porque solicitar isenção de impostos, quando podemos ter o veículo no Brasil, sem dor de cabeça? Mas assim mesmo, continua acontecendo...

Julgamos que é indispensável termos mais prudência e cautela nestas coisas. As pequenas economias que conseguimos amealhar são destinadas às vocações de nossa província, não a negócios dúbios, ou de que não temos bastante certeza. A Conferência dos Religiosos, com sua equipe de 45 funcionários civis a serviço dos Religiosos e das Religiosas, está aparelhada para dar uma informação exata, ou para mandar sindicado de modo eficiente um caso qualquer. Não são os sacerdotes nem os religiosos da sede central que fazem isto. Nós estudamos teologia e fizemos profissão religiosa para cuidar de nossos apostolados. Mas para isto temos preciosos auxiliares, nos funcionários civis que colaboram conosco. Êles fazem isto para nós, com muita satisfação, e se sentem felizes quando conseguem impedir um prejuizo para uma casa religiosa. Na capital de cada Estado nós temos alguém a quem podemos recorrer com t'oda liberdade. Recorramos pois, para que estas coisas não continuem mais acontecendo.

ALGUNS PROBLEMAS EM TORNO DO VOTO DE CASTIDADE

Pe. Dr. Prof. Jaime Snoek C.Ss.R.

Ainda não estamos tão longe do tempo em que gente de bem guardava absoluto silêncio sobre os mistérios da vida perante os filhos adolescentes e até nubentes, como também superiores e mestras de noviças o faziam nos conventos e noviciados. O nosso tempo se esforça para acabar com os restos de uma antropologia dualista de Descartes e do puritanismo dos últimos séculos, procurando novamente encarar com naturalidade, simplicidade e um certo otimismo a natureza corpórea e sexuada do homem. Como toda reação, também esta excedeu os limites, e uma onda de publicações malsãs e, até, perversas, invadiu livrarias e bancas de jornais.

Mas estamos também colhendo os primeiros frutos maduros de uma renovada reflexão teológica sobre o mistério do espírito incarnado e sexuada que é o homem, sobre o mistério do matrimônio cristão e da virgindade consagrada. Expoentes desta corrente são a "Casti Connubii" e a "Sacra Virginitas", ambas circundadas por uma grande abundância de estudos teológicos confortadores de alto valor. É tão vasta a literatura contemporânea em torno do matrimônio e da virgindade consagrada, e são tão numerosos os problemas por ela levantados, que devemos, necessariamente, circunscrever mais precisamente o tema deste estudo. Pretendemos, então, focalizar tão somente o problema da iniciação das religiosas nos mistérios da vida. Não é que vamos dizer novidades. Queremos apenas tentar uma sistematização rápida daquilo que é ponto pacífico entre os autores, considerando, primeiro, o que a religiosa deve saber a este respeito para melhor compreensão do seu próprio estado, e, em seguida, aquilo que deve saber em função das suas tarefas na grande família humana.

I. O que a Religiosa deve saber para melhor compreensão do seu próprio estado.

Um dos pontos hoje em dia muito frizados é exatamente a profunda correlação entre o estado matrimonial e o estado da virgindade consagrada. É conhecido um pequeno fato pitoresco da vida de S. Pio X. Quando ainda bispo falou um dia a sua mãe: "Veja, mamãe, como é bonito o meu anel pastoral". Tirando a aliança do dedo respondeu ela: "Tens razão, Giuseppe, é bonito. Mas tu não terias o teu, se eu não tivesse esta

aqui". É verdade isto, não só no sentido de que uma vocação religiosa e sacerdotal, via de regra, só brota na árvore do amor conjugal profundamente critão, como todos sabemos, mas ainda porque os dois estados estão em íntima relação com o mesmo mistério do Verbo Incarnado. Os dois estados, embora de maneira diferente, são uma expressão, um sinal da união de Cristo com a Igreja. Da virgindade consagrada se diz, com toda razão, que é um matrimônio espiritual com Cristo.

Tentemos penetrar um pouco mais nesta visão, começando com o mistério da virgindade de Nossa Senhora. Ele não teve pai terrestre. Sua humanidade participou plenamente da natureza da divina Pessoa, que era só Filho. Tinha êle uma humanidade tão somente filial. A plenitude da divindade, mas da divindade enquanto Filho, impregnava toda a sua corporalidade. Não tinha esposa humana, porque sua única missão era ser Filho de Deus para nós todos, unir à sua existência filial toda a humanidade, desposar toda a Igreja, para que ela recebesse nêle a filiação divina.

Esta filiação divina, através da relação nupcial da Igreja com Cristo, não vale só para a comunidade dos fiéis, mas também para cada um individualmente, e não somente no seu ser espiritual, mas inclusive na sua corporalidade: "o corpo é para o Senhor e o Senhor é para o corpo", diz S. Paulo (1 Cor. 6,13). Como a Pessoa divina do Verbo impregnava totalmente a sua corporalidade, assim é o nosso corpo impregnado plenamente pela união espiritual com Cristo. O nosso corpo não pode mais ser entregue, pertencer a outro. Foi na pessoa de N. Senhora que esta plena e exclusiva união com Cristo e no corpo, se realizou de um modo singularmente real no mistério de sua maternidade virginal.

Com isto caminhamos tão rapidamente para o sentido da virgindade consagrada, que para o matrimônio, ao que parece, não há mais lugar, sendo que o nosso corpo já pertence a Cristo. É por isto que S. Paulo diz, que um cristão, se quer se casar, pode fazê-lo somente "no Senhor" (1 Cor 7,39). Quer dizer: não é propriamente ao homem que o esposo se entrega, mas ao próprio Cristo, simbolicamente representado na pessoa do outro cônjuge cristão. Assim é a mesma relação nupcial com Cristo que é o fundamento tanto da virgindade como do vínculo sacramental que une os cônjuges cristãos "no Senhor", no sacramento do matrimônio. E notemos também as diferenças: no casal humano marido e esposa representam um para outro Cristo e a Igreja, ao passo que a virgem é sinal só da Igreja-Espôsa e se refere diretamente ao Cristo sem passar por alguém que o represente. O matrimônio significa o amor perfeito entre Cristo e a Igreja, ao passo que a virgindade significa, exatamente na sua renúncia, que êste amor é de caráter espiritual, que o outro para Quem se guarda o corpo intato, é um Deus-Espírito. No matrimônio a pessoa intermediária, apesar de representar o Cristo ou a Igreja, não deixa de dividir o coração, ao passo que na virgindade consagrada o dom é direto, total e exclusivo. O matrimônio não deixa de ser de caráter precário, um engajamento na figura dêste mundo que

passa, ao passo que a virgindade consagrada é uma antecipação do "eschaton", da realidade eterna, na qual não haverá mais lugar para sacramentos. É muito significativo e precioso o que se diz na cerimônia da consagração das virgens: "Elas não se contentam com a imitação como se faz no matrimônio, mas seu amor se refere àquilo que é representado no matrimônio".

Considerando assim a virgindade consagrada como o dom total à pessoa do Cristo, podemos talvez dizer, com o Pe. Schoonenberg (a quem devemos em grande parte as idéias acima desenvolvidas), que os dois outros votos aparecem como explicitações concretas, implicitamente já contidas nela. Evidentemente não se nega, neste modo de pensar, o aspecto ascético da castidade. Mas, ao nosso ver, alcança este aspecto o seu pleno sentido só em função do dom total ao divino Espôso, o Verbo Incarnado.

Como conclusão geral e ainda um pouco teórica desta consideração podemos dizer que, para poder apreciar devidamente a grandeza da sua vocação, é extremamente útil à Religiosa ter uma idéia clara e uma apreciação positiva do matrimônio. Uma virgindade baseada num desprezo do matrimônio não pode agradar a Deus nem ser fecunda, e, no dizer de Dietrich von Hildebrand, as naturezas frias, pobres em afetividade, não são as mais indicadas para a consagração ao Divino Espôso. Pede Ele o coração da "mulher eterna" com toda a gama riquíssima de afetos.

Tentamos agora, de um modo mais concreto, indicar uns elementos de instrução para postulado e noviciado.

Deve a candidata ter uma idéia clara daquilo a que vai renunciar. Hoje já não se discute mais a absoluta necessidade de tal instrução, não digo para a validade do voto, mas para evitar enganos desastrosos e surpresas desagradáveis, como a de uma sexualidade adormecida que prorrompe de repente na época da menopausa. Já é mais ou menos terminologia consagrada falar numa triplíc renúncia: a renúncia do prazer sexual, a renúncia das riquezas afetivas da vida conjugal, a renúncia do filho. Claro que isto supõe uma idéia clara sobre o sentido do matrimônio. Nas suas linhas gerais pode esta instrução ser dada em comum, principalmente quanto aos aspectos teológicos e psicológicos. A orientação geral e a iniciação biológica devem ser adaptadas ao estado individual de cada noviça. Cada uma vem com a sua história e com as suas idéias, muitíssimas vezes completamente confusas e erradas. Há moças com hábito de masturbação sem saber que é pecado. Houve religiosas que, nada compreendendo da segunda renúncia, se deixaram levar a intimidades com alunas sem perceberem o perigo e a infidelidade ao seu voto, levando a si mesma e a outra à ruína.

Uma priora geral, muito experimentada, distingue três categorias de noviças quanto ao nível da sua iniciação: 1) Aquelas, muito raras, que, provindo de uma ambiente familiar muito protegido, não conhecem as leis da propagação da vida. E podemos acrescentar uma boa quantidade de moças que sabem alguma coisa, mas cujo conhecimento é insuficiente

para poderem avaliar a tríplice renúncia. — 2) Aquelas que já passaram por alguma "aventura", perderam a sua virgindade. Não são tão raros estes casos, principalmente moças que foram vítimas de brincadeiras de criança ou de violência. Quase tôdas elas trazem consigo algum traumatismo, que só pode ser curado pela medicina espiritual da verdadeira contrição. — 3) Aquelas que, com pleno conhecimento de causa, com integridade moral, e com serenidade se apresentam para seguir o Cordeiro aonde quer que fôr. É uma classificação global. Na realidade há ainda muito mais variação. É mais do que claro que cada uma merece um tratamento específico por parte da Mestra. Sem forçar a Noviça à abertura da sua consciência, é de máxima importância que a Mestra saiba conquistar a confiança dela para que se abra espontaneamente. Muitas vezes tal abertura será necessária, senão para salvar uma vocação, pelo menos para a Religiosa poder galgar a senda da perfeição despreocupadamente e de um modo seguro. Sendo que a castidade é tão essencial para o estado religioso, será muitas vezes neste terreno que surgem dúvidas sobre a vocação, dúvidas que por vezes requerem a palavra autorizada de um médico especialista para serem resolvidas.

Resumindo então esta primeira parte, formulemos as seguintes conclusões:

1. Deve a Mestra, no currículo das conferências, explicar o sentido da virgindade consagrada a Deus, explicação que só será possível na base de uma clara idéia dos altos valores do matrimônio cristão.
2. Deve explicar a tríplice renúncia, principalmente a renúncia das riquezas afetivas da vida matrimonial, o sacrifício mais penoso, e a aceitação da solidão que isto inclui, uma solidão, todavia, povoada por Deus.
3. Deve sondar individualmente o que sabem do aspeto anatômico e biológico da vida sexual e eventualmente dar os conhecimentos necessários, principalmente para elas poderem compreender os fenômenos constatados no próprio organismo. Inclusive deve dar conselhos de ordem higiênica. Deve fazer tudo isto com calma e com clareza, e, no dizer de Clemente de Alexandria, sem envergonhar-se de chamar pelo nome as coisas que Deus não se envergonha de criar. Os conhecidos cadernos de D. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira poderiam prestar um bom auxílio, mas não há necessidade de entrar tanto em pormenores. Ela escreve para noivas e não para Religiosas. Esta clareza ainda se impõe para poderem retificar consciências mal formadas, por não saberem o que é pecado e o que não é.
4. Criar um ambiente que facilite a abertura da consciência, para poder curar traumatismos psicológicos e morais.

É supérfluo dizer que tarefa tão delicada requer dotes muito especiais de inteligência e de virtude por parte das Mestras. Acentuamos apenas o aspeto da instrução, sem falar na formação, eventualmente recuperação moral, que, por sua vez, exigem grandes qualidades.

O que foi dito para as Mestras com relação às noviças, vale em

parte também para as Superiores com relação às néo-professoras e àquelas irmãs que se encontram na crise da menopausa.

II. Aquilo que a Religiosa deve saber em função das suas tarefas na grande família humana.

A própria continência liberta energias e generosidades do coração feminino que devem ser canalizadas para o bem do próximo, seja no plano de uma vida meramente contemplativa, como por exemplo S. Terezinha, a padroeira das missões, seja no vasto campo da vida apostólica e caritativa. A mulher é mesmo feita para ser mãe, medianeira da vida, e isto não somente na maternidade fisiológica, mas também na maternidade psicológica, pela qual tem ela um papel complementar e indispensável a desempenhar ao lado do homem em todos os sectores da vida. Trabalhar para ela é ser medianeira de vida, "enfant l'humain". Sem a presença vivificadora dela ao lado do homem técnico, a vida seria sufocada, e as relações humanas esmagadas sob o peso da organização e mecanização despersonalizadoras. A esta maternidade psicológica no plano temporal acrescenta-se a maternidade espiritual no plano sobrenatural. Podemos pensar numa S. Escolástica ao lado de S. Bento, numa S. Clara ao lado de S. Francisco de Assis, numa S. Joana Francisca de Chantal ao lado de S. Francisco de Sales, numa S. Maria Mazzarello ao lado de S. João Bosco. De modo geral exerce a Religiosa na vida ativa uma tarefa no plano temporal, inclusive uma profissão (enfermeira, assistente social, educadora), na qual ela não só deve cultivar tal maternidade psicológica, mas ainda impregná-la com a maternidade espiritual ou seja com a caridade sobrenatural, sem a qual o seu trabalho perderia o seu sentido religioso.

Com respeito ao assunto que estamos focalizando, exige esta tarefa maternal da Religiosa na grande família humana muitas vezes conhecimentos mais detalhados da vida sexual do que a compreensão da própria vida religiosa exige. Queremos especificar isto um pouco para as educadoras e reeducadoras, para as enfermeiras e para as assistentes sociais.

As educadoras devem lembrar-se de que a Igreja confia a elas a formação da nossa juventude feminina para as suas tarefas na Igreja e no mundo. Quer isto dizer que devem preparar a maior parte para a vida matrimonial, mas também uma parte notável para o celibato, seja o celibato voluntário, seja o celibato imprevisto (a filha menor que ajuda os pais na sua velhice e vê passar o seu tempo) e o celibato impôsto (saúde precária, sobra demográfica etc.). A caridade cristã impõe que as educadoras saibam dar uma orientação adequada, que possa tornar a vida de todas elas fecunda. Deve, portanto, a educadora ter uma idéia clara da missão da mulher no plano da Divina Providência e uma convicção profunda na sua própria vocação.

Mas isto não é suficiente. Muitas vezes cabe a ela dar a instrução sexual, onde a família ficou em falta, o que acontece muito, inclusive a

pedido expresso dos pais. Deve ela, portanto, dispor de uma certa técnica para poder fazer esta caridade onde a educanda disto necessitar. Deve conhecer as diretrizes da Igreja nesta matéria (o direito dos pais; as vantagens da ignorância natural; instrução quanto possível individual; espírito em que se deve dar tal instrução etc.). Depara ela, por vêzes, com perguntas das meninas sobre uso e abuso do matrimônio, coisas de arrepiar o cabelo, para não falar das anedotas imoralíssimas que contam à Irmã de sua confiança com tãda a ingenuidade. Acrescentemos a tudo isto ainda o perigo de sentimentalidades da Religiosa com as educandas, e não podemos mais ter dúvida de que Religiosas educadoras e reeducadoras precisam não somente de uma formação moral mais aprimorada, mas também de conhecimentos bem mais detalhados sobre a vida sexual do homem. Esta formação normalmente será dada depois do noviciado.

A enfermeira, além de tudo isto, precisa ainda de um conhecimento exato da anatomia do organismo sexual, juntamente com um conhecimento da deontologia médica, para não se expor à cooperação ilícita com operações proibidas pela lei de Deus. Também deve ela estar ao par dos meios anticoncepcionais e do método Ogino-Knaus, para poder orientar a consciência daqueles que procuram o seu conselho profissional nos problemas da vida matrimonial. E', aliás, o desejo do Santo Padre, expressado no célebre discurso às parteiras de Roma.

A Religiosa assistente-social depara, no seu trabalho profissional, com tãdas as fraquezas humanas, inclusive com perversões sexuais, prostituição, crimes contra os costumes etc. Os conhecimentos necessários podem ser administrados na própria escola de serviço social como para as enfermeiras nas escolas de enfermagem. Se êstes cursos fôsem deficientes, exige a caridade um curso complementar sem o qual elas não estariam habilitadas a exercer um apostolado fecundo. Tanto a Religiosa assistente-social, como a assistente paroquial e até a enfermeira e a professora, podem tirar muito proveito também de um curso substancial de direito canônico sobre os impedimentos matrimoniais.

Eis, algumas considerações que quissemos apresentar como ponto de partida para uma troca de idéias. Sem dúvida a própria experiência tão vasta de tantas Madres completará esta rápida exposição para o bem de nós todos.

BIBLIOGRAFIA

- BILLOT-CALIMARD, Guide médical des vocations sacerdotales et religieuses. Paris 1945.
 DIETRICH VON HILDEBRAND, Pureté et virginité. Paris 1947.
 Mère Marie de la Croix, Rôle de la religieuse dans la formation de la jeune fille en vue de son avenir. Em: Pastorale familiale. Congrès de Penne. Paris 1949.
 Acta et documenta congressus generalis de statibus perfectionis. Romae 1950 vol. II p. 143, 632; vol. III p. 113, 216-217.
 Atti e documenti del primo convegno internazionale delle religiose educatrici. Roma Settembre 1951. 2 ediz. p. 216-227 (Liévin).
 Atti e documenti del primo convegno delle religiose rieducatrici. Roma Ottobre 1951.
 La chasteté. (Série: Problèmes de la religieuse d'aujourd'hui) Paris 1953.
 TALONE M. S. C., Castidade perfeita. Edic. Paulinas 1953.
 SCHOONENBERG S. J., Le sens de la virginité. No: Christus 17(1958) 32-44.

O INSTITUTO DO PASTORAL DA C. R. B.

1. Introdução — Pe. Irineu Leopoldino de Sousa SDB
Secretário Geral da CRB.
2. História do Instituto — Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R.
Secretário do Instituto.
3. Estatutos do Instituto.
4. Regimento Interno do Curso.
5. Elenco das disciplinas, com número de aulas, e dos
Professores do Instituto.
6. Endereço dos Professores do Instituto.

I — INTRODUÇÃO

A formação do pessoal, sempre mais aprimorada e atualizada, do mesmo modo que para os Superiores Maiores, também para a Conferência dos Religiosos, desde a sua fundação, tem constituído a primeira preocupação, para a qual converge o melhor de nossos esforços. Desde o primeiro Congresso, celebrado em fevereiro de 1954, do qual surgiu, como primeira e mais rica conclusão, a própria Conferência, tem sido constante o esforço para aprimoramento da formação dos jovens religiosos, formação religiosa propriamente dita, ou formação apostólica. Os cursos intensivos de atualização foram-se sucedendo, como num eco que se vai repetindo de quebrada em quebrada ao longo da serra, desde o Rio de Janeiro, até as mais longínquas Seções Estaduais da CRB. Particular destaque merecem os dois cursos para Mestras de Novícias, os dois Congressos Regionais, de Fortaleza e Recife, bem como os cursos intensivos de sociologia pastoral.

A assembléia dos Superiores Maiores, celebrada no Rio de Janeiro, na terceira semana de julho de 1958, foi toda dedicada aos problemas da atualização da pastoral, e à realização prática dos dispositivos da Constituição "Sedes Sapientiae", desabrochando num pensamento comum a todos os Superiores presentes: a ereção de um Instituto de Pastoral, onde se pudesse fazer em comum aquilo que não seria possível a cada um isoladamente.

Viajou o Sub-Secretário da CRB, Pe. Tiago G. Cloin CSSR, também diretor do Departamento das Santas Missões, para conhecer na Europa os institutos congêneres, para consultar a Sagrada Congregação dos Religiosos. Holanda, Bélgica, França e Itália, onde experiências mais antigas já estão em atividade, foram os países visitados. A Sagrada Congregação dos Religiosos, tomando conhecimento do nosso programa e plano de trabalho, imediatamente aprovou o Instituto de Pastoral, recomendando a todos os Superiores Maiores que enviassem ao mesmo os seus sacerdotes.

E aí está, com a graça de Deus, o projeto de julho de 1958 transformado numa feliz realidade, em março de 1959. Como a Conferência, também o Instituto é um patrimônio comum a todas as famílias religiosas. Os Superiores Maiores, com a sua cooperação, com a exata compreensão do problema, o realizaram, como um eco da expressão do Revmo. Pe. Larraona no primeiro Congresso dos Religiosos: quantas coisas poderemos fazer unidos, que não seríamos capazes de fazer sozinhos. Patrimônio comum, o Instituto reflete e ministra a formação comum apostólica a todos os seus alunos. A formação específica, própria do apostolado de cada congregação religiosa, é assunto de família, que continua como encargo e responsabilidade de cada um em particular. Nêle, todos trabalham, quer como professores, quer como alunos, numa solidariedade muito real e muito objetiva, muito concreta, bem mais valiosa do que o simples apoio moral, fórmula de comodismo convencional entre os homens, para, louvando iniciativas boas, contribuir para o seu insucesso e desmoronamento.

Fiel ao espírito da "Sedes Sapientiae", o Instituto não é uma escola de teorias sobre a pastoral e o ministério sacerdotal. É uma escola prática. Como a faculdade de medicina ou de engenharia, ao lado dos puros e simples pesquisadores, técnicos, forma também, e em maior escala, os médicos e engenheiros, capazes não só de discorrer sobre a doença e sobre os cálculos matemáticos, mas sobretudo de curar o doente e aplicar os princípios, retamente, a uma construção, da mesma forma o Instituto de Pastoral tem por objetivo conduzir seus alunos à concretização da Sagrada Teologia, que aprenderam nos anos anteriores de formação. Não quer formar teólogos, especialistas neste ou naquele ramo das ciências divinas. Quer formar sacerdotes, cheios de zelo e de amor às almas e devidamente preparados para salvá-las, utilizando todos os recursos e circunstâncias favoráveis do nosso tempo, bem como superando e vencendo todos os impecilhos que o mundo moderno lhes põe no caminho. O equilíbrio entre a aprendizagem dos princípios teóricos, indispensáveis a qualquer profissional, e o estágio prático, indispensável também, mas que sozinho dá uma formação apenas empírica, é a condição fundamental de êxito do Instituto e foi a preocupação da comissão que o organizou e programou. A prática nos mostrará até que ponto fomos capazes de realizar este ideal.

Nosso Instituto é original em sua organização e estrutura. Respei-

tando os princípios básicos da Constituição "Sedes Sapientiae", cuidou-se de que nosso curso de pastoral fôsse feito para o Brasil. Soubemos beneficiar-nos da experiência dos que trabalharam antes de nós. Mas não lhes copiamos simplesmente o modelo. Fizemos para o Instituto o mesmo que tínhamos feito para a Conferência dos Religiosos. Estudamos e visitamos o que de melhor existe em outras nações. E depois fizemos uma coisa inteiramente nova. Precisamente esta ambientação e adaptação, esta identidade perfeita entre a organização planejada e a vida religiosa no Brasil, é que explica, entre outros fatores, o progresso e desenvolvimento da CRB, apontada hoje pela Sagrada Congregação dos Religiosos como modelo. Fazemos votos que a equipe de Professores e Superiores do Instituto de Pastoral, o conduzam rapidamente à mesma posição entre os seus congêneres.

A posição jurídica do Instituto de Pastoral está perfeitamente definida em seus estatutos e regimentos. Não é pessoa moral, nem no direito canônico, nem no direito civil. É uma instituição mantida pela Conferência dos Religiosos do Brasil, que lhe deu vida e da qual depende, e por cujos Estatutos se rege e governa, fundamentalmente. A Conferência, nomeando sua Diretoria e aprovando o seu Corpo Docente, lhes dá plena autonomia didática e pedagógica, enquanto esta autonomia sintoniza com os preceitos e as tradições da vida religiosa. Anualmente, a assembléia dos Superiores Maiores faz uma sessão especialmente dedicada ao Instituto de Pastoral, com a participação de sua Diretoria e Professores. Esta é o órgão máximo de governo e administração do Instituto. Órgão permanente, em plano superior, está a Diretoria da Conferência, e em plano imediato de responsabilidade, a Diretoria e a Congregação do próprio Instituto. Administrativamente, o Instituto é mantido pela Conferência dos Religiosos, que lhe garante os meios necessários para o pleno desenvolvimento de suas atividades. Canonicamente, o Instituto é uma instituição isenta, da mesma forma que a Conferência dos Religiosos, e as Ordens e Congregações de direito pontifício, isentas. A parte é sempre da mesma natureza que o todo. Em matéria de apostolado externo, cessa qualquer isenção, cabendo toda a competência à Autoridade Eclesiástica, para ditar planos, traçar normas e orientações. O Instituto, como a Conferência, tem todo o prazer, e se sentirá honrado, em receber qualquer incumbência da Sagrada Hierarquia. Dentro destes princípios, a formação dos alunos é competência e jurisdição dos Superiores Maiores, sendo de grande interesse o conhecimento das normas que a Hierarquia tenha porventura traçado, quer em âmbito nacional, quer em âmbito estadual ou regional. O apostolado externo, é competência da Autoridade Diocesana. A utilização dos alunos em estágio, é problema de competência comum do Superior Religioso da Casa onde ele reside, e da Autoridade Diocesana. O Instituto, se alguma coisa fizer neste setor, será tão somente como intermediário, para colaborar, ou por delegação de poderes.

O que os Superiores Maiores esperam do Instituto de Pastoral — e isto é o seu programa de ação — não é somente a formação dos alunos

que no mesmo se matricularam. Incumbe-lhe, dentro do plano geral de atividades da CRB, uma tarefa bem mais vasta. E esta extensão principia do ponto de vista meramente geográfico, pois os Superiores do Sul e do Norte já estão esperando os cursos regionais de pastoral, feitos para atender aos seus neo-sacerdotes, no seu próprio ambiente de trabalho, sem necessidade de retê-los mais um ano longe da própria província. Curitiba, Porto Alegre, Recife e Fortaleza são cidades que oferecem condições para funcionamento de um curso organizado pelo Instituto de Pastoral da CRB. E fazemos votos a Deus Nosso Senhor que isto se torne realidade quanto antes. Neste País, que tem as dimensões de um continente, perde muito de sua eficiência qualquer movimento ou empreitada que se limitar ao asfalto, aos grandes centros do Rio ou São Paulo. Não interessa uma Conferência de Religiosos eficiente e organizada apenas em sua sede central. Por isto mesmo não interessa um Instituto de Pastoral funcionando apenas numa cidade da zona mais próspera do País. Não podemos permitir que os religiosos das zonas menos desenvolvidas nos digam que as riquezas e vantagens da união de forças são para os **filhinhos de papai** ou para os **primos ricos** das regiões mais prósperas. O Instituto deve levar sua presença a todo o Brasil. Para isto deverão funcionar os cursos filiais, bem como os cursos avulsos e intensivos.

Mas a formação dos religiosos e das religiosas, que deve ser atualizada, para se responder ao apêlo da Santa Sé e às exigências dos tempos novos; não é apenas pastoral, se bem que esta seja fundamental para o ministério dos sacerdotes. Em conexão com a pastoral, dependendo dela, ou podendo contribuir grandemente para o seu desenvolvimento, estão muitos outros setores de atividade dos religiosos. O Instituto será apenas o centro de um grande círculo, que deverá irradiar sua atuação benéfica para toda a periferia. Não somente a periferia geográfica, mas a periferia de todos os nossos apostolados. De há muito a Conferência almeja e sonha um Departamento de Formação Religiosa. Nenhum intuito nem projeto de padronização ou unificação. Erra, quem queira estereotipar a vida religiosa. A vida é muito mais ampla, mais rica, mais variada, com matizes mais coloridos, muito mais do que possa imaginar qualquer inteligência organizadora. O objetivo não é absolutamente padronizar coisa nenhuma. Mas intensificar, vivificar, estimular, melhorar, orientar, trocar experiências, oferecer oportunidades. O Instituto de Pastoral é assim o núcleo, de onde se irradiará toda a atividade da Conferência, no setor da atualização da formação dos Religiosos e das Religiosas. Chegamos ao Instituto de Pastoral por um processo de análise, de indução. Realizada a síntese, ele deve refluir e transbordar sobre todos os campos e caminhos que conduziram à sua concretização. Foram os numerosos cursos dispersos de atualização da formação que nos conduziram ao Instituto de Pastoral. As múltiplas iniciativas já realizadas, pela Conferência, em todos os Estados, e nos setores os mais variados, tendo sempre como objetivo melhorar a eficiência apostólica dos religiosos. Já fizemos cursos de administração, de estatística, de sociologia religiosa, de mestras de no-

viças, de catequese, de formação de catequistas, de desenho para ilustração, de enfermagem, de dcontologia, os mais variados de serviço social, de recreação infantil. Será um pouco difícil encontrar-se algum setor de formação ou de apostolado dos Religiosos e das Religiosas, em que a Conferência ainda não tenha, de algum modo, atuado, fazendo sentir a sua presença. Pois o Instituto de Pastoral vem agora como síntese e coroamento de toda esta obra de atualização.

Ninguém tem a pretensão ingênua de ter feito uma obra completa. Menos ainda uma obra definitiva, no sentido de imutável. Uma obra duradoura, sim. Pela sua própria natureza, o Instituto deverá sempre rever seus esquemas e programas. E neste trabalho sempre renovado, encontrará seu Corpo Docente dois escolhos a evitar: o excesso de renovação, que situaria o Instituto na idade infantil ou juvenil, onde nada está estabilizado. E o excesso de rigidez, de fixação de seus esquemas, que provocaria a estagnação, enquanto o mundo lá fora continuaria andando. "Virtus in medio". O bom senso, o critério, a ponderação, o profundo "Sentire cum Ecclesia", o senso de tradição e conservação, unido a um sadio espírito de renovação, conduzirá a Diretoria e o Corpo Docente pelos caminhos do justo meio, para a realização de uma obra perfeita. O Brasil religioso lhes ficará devendo um apostolado imensamente proveitoso para as almas.

E Deus Nosso Senhor escreverá seus nomes no Livro da Vida

Pc. Irineu Leopoldino de Sousa SDB
Secretário Geral

II — HISTÓRICO DO INSTITUTO DE PASTORAL DA CRB

A fundação do Instituto de Pastoral da CRB constitui mais uma prova do desenvolvimento dinâmico das atividades da Conferência, como também da colaboração das várias Ordens e Congregações religiosas na solução dos graves problemas comuns.

1) A origem da idéia.

A Constituição Apostólica "Sedes sapientiae", de 1956, obrigando os Religiosos, ao terminarem seus estudos teológicos, a mais um ano de formação, criou para as Províncias religiosas do mundo inteiro um grave problema. Pois, não se trata de estender a formação teológica de quatro para cinco anos, mas de acrescentar-lhe um ano, todo especial, de formação propriamente pastoral, proporcionando aos néo-sacerdotes a indispensável visão pastoral do mundo atual, sob todos os seus aspectos, e a passagem do terreno teórico da cura de almas para o terreno prático, através de exercícios práticos sobre o apostolado e de estágios. Sendo as matérias deste ano de Pastoral, em grande parte perfeitamente novas e exigindo

várias dessas, como também os exercícios práticos e os estágios, pessoal especializado, são poucas as Províncias que se julgam em condições de poder organizar isoladamente este curso. Foram estas as circunstâncias que levaram, em vários países, as Províncias religiosas a organizarem em comum cursos de Pastoral, como p.e. na França (Paris e Lille), Bélgica (Lovaina) e Holanda (Nimega) e, em colaboração com o clero secular, o Instituto Pontifício de Pastoral, anexo ao Lateranense, em Roma.

Também no Brasil não podia deixar de surgir semelhante plano, vista a penúria do pessoal docente nos nossos Teologados e o pequeno número de candidatos de cada Província para o curso. Originou a idéia durante o curso intensivo sobre problemas atuais da Pastoral para Vigários, Cooperadores e estudantes do ano de Pastoral, curso este organizado pelo Departamento da Pastoral da CRB, em janeiro-fevereiro do ano passado, no Rio de Janeiro. O êxito desta quinzena de Pastoral levou a Diretoria da CRB a dedicar a II Assembléia dos Provinciais, estendendo-a a uma semana inteira, aos problemas de atualização da Pastoral, com o intuito principal de confrontar os Provinciais com a utilidade e viabilidade de a CRB-Rio organizar um Instituto de Pastoral pela colaboração de várias Províncias religiosas. Também Professores de Pastoral e Diretores de Teologados foram convidados para participar nos trabalhos.

Durante a Assembléia, no mês de julho, realizaram-se, na Sede da CRB, várias reuniões de interessados no Instituto, notando-se, imediatamente a simpatia de várias Províncias pelo plano. Impunha-se, indiscutivelmente, como sede do Instituto, a Capital Paulista, por estar situada nela uma quinzena de Teologados de Religiosos, ao passo que no Rio de Janeiro há apenas o curso teológico do Mosteiro de São Bento.

Estas reuniões prepararam a conclusão principal do plenário da Assembléia de a Diretoria da CRB incumbir-se de preparar, para março de 1959, um curso ordinário de Pastoral, conforme as exigências da "Sedes Sapientiae", em que as Províncias interessadas pudessem participar, enviando seus alunos. Foi nomeada uma comissão que elaborasse os Estatutos, Regimento interno e Programa de matérias do curso e iniciasse as práticas necessárias para organizar o Instituto. Membros desta comissão foram: o Revmo. Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R., subsecretário da CRB e Diretor do Departamento de Pastoral, o Revmo. Pe. Frei Tomás Motta Navarro O.C., Professor do Seminário Maior dos Pes. Carmelitas em São Paulo e o Revmo. Pe. Frei Guilherme Maria de Limeira O.F.M.Cap., Professor do Seminário Seráfico em Piracicaba-SP.

2) A preparação do Instituto.

Em várias reuniões elaborou a Comissão os Estatutos, Regimento e Programa do Instituto os quais, discutidos e aprovados, aos 25 de setembro, pelos Revmos. Pes. Provinciais interessados, em uma reunião, convocada para este fim na Capital Paulista, e enviados por circular a to-

dos os Provinciais do Brasil, foram apresentados, no início de novembro, pelo subsecretário da CRB, à S. Congregação dos Religiosos em Roma que, aos 12 do mesmo mês dirigiu uma carta ao Exmo. Sr. Presidente da Conferência, Dom Martinho OSB, aprovando os documentos apresentados e recomendando aos Provinciais a participação no Instituto, enviando seus alunos para o curso.

Aos 10 de dezembro apresentou a Comissão preparadora aos Revmos. Pes. Provinciais, reunidos novamente em São Paulo para ultimar as deliberações a respeito do Instituto, o plano de financiamento do curso, o elenco do corpo docente e o local do auditório e secretariado. Decidiu-se fossem remunerados não apenas os Professores seculares e leigos, mas também os religiosos, como ainda o Pe. Secretário do Instituto a ser nomeado. A quota anual por aluno efetivo foi fixada, provisoriamente, em Cr\$ 6.500,00. Pediu a platéia fizesse a Comissão preparadora um sério esforço para conseguir um auditório mais sossegado do que o salão do 1.º andar do Prédio "Fernão Dias", à Avenida Nova Anhangabaú, 220, graciosamente oferecido pelo Exmo. Sr. Dom Paulo Pedrosa OSB. DD. Abade do Mosteiro da São Bento.

Os Provinciais manifestaram sua satisfação em ver coroada de êxito a tentativa de CRB-Rio para organizar, pela colaboração de várias Províncias religiosas, o curso anual de Pastoral, prescrito pela "Sedes Sapientiae".

Aderiram, nesta ocasião, incondicionalmente ao Instituto, tomando compromisso de participar, para o ano letivo de 1959, com alunos, as seguintes 10 Províncias: 1) Missionários do Verbo Divino da Província de São Paulo com 6 alunos efetivos; 2) Pes. Redentoristas da Prov. de S. Paulo com 5; 3) Pes. Redentoristas da Província do Rio de Janeiro com 5; 4) Pes. Salvatorianos da Província de São Paulo com 4; 5) Pes. Camilianos da Província de São Paulo com 3; 6) Pes. Carmelitas da Província de São Paulo com 3; 7) Pes. Oblatos de Maria Imaculada da Província de São Paulo com 2; 8) Pes. Estigmatinos da Província de Rio Claro-SP com 2; 9) Sacerdotes do S. Coração de Jesus da Província do Rio de Janeiro com 2; 10) Pes. dos SS. Corações da Província do Rio de Janeiro (Lagoa) com 1. Ao todo 33 alunos efetivos.

Três Províncias prometeram pronunciar-se brevemente: 1) Monjes Beneditinos do Mosteiro de São Bento em São Paulo; 2) Pes. Passionistas da Província de São Paulo; 3) Pes. Capuchinhos da Província do Paraná e S. Catarina.

Mais 10 Províncias tomaram compromisso de participar no futuro, não tendo, para o próximo ano letivo, aluno efetivo: 1) Missionários do S. Coração de Jesus da Província de São Paulo; 2) Pes. Assuncionistas da Província de São Paulo; 3) Pes. Dominicanos da Província de São Paulo; 4) Pes. Servitas da Província de São Paulo; 5) Cônegos Premonstratenses do Priorado de Pirapora do Bom Jesus — SP; 6) Pes. Barna-

bitas da Província do Rio de Janeiro; 7) Pes. Capuchinhos da Província de São Paulo; 8) Pes. Cordemarianos da Província de São Paulo; 9) Pes. Agostinianos Recoletos da Província do Rio de Janeiro; 10) Missionários de Na. Sra. da Salette da Província de União da Vitória — PR.

A principal lacuna na preparação do Instituto que a Comissão preparadora não tinha conseguido preencher, era a indicação do Pe. Secretário que se dedicasse com tempo integral ao Instituto e à Secção Estadual de São Paulo. Os provinciais emitiram o voto fôsse o Subsecretário da CRB-Rio e Diretor do Departamento de Pastoral incumbido d'êste cargo, pelo menos provisoriamente. Em fins de dezembro decidiu a Diretoria da CRB-Rio anuir a êste voto e foi o Revmo. Pe. Tiago G. Cloin Csr transferido da Sede central do Rio para a secretaria do Instituto de Pastoral em São Paulo, para assumir, embora apenas em caráter provisório, os mencionados cargos.

Aos 15 de janeiro alugou a Conferência um conjunto de salas à Rua Venceslau Braz, 78, 2.º andar s/ 208 -209, fone 32-8004, onde desde 26 do mesmo mês estão funcionando a Secretaria do Instituto, da Secção Estadual de São Paulo e os Serviços da CRB.

Finalmente cederam, aos 22 de janeiro, os Revmos. Pes. Jesuítas um salão sossegado no Monumento Histórico da Fundação de São Paulo, situado no Pátio do Colégio, no Centro da Capital Paulista, onde será instalado o auditório do Instituto. O equipamento, porém, do auditório ficará às despesas do Instituto e será financiado pela CRB-Rio, em forma de adiantamento.

Em vista destas despesas e da necessidade de constituir, quanto antes uma modesta mas bem seleccionada biblioteca pastoral para os alunos do curso, foi a quota anual, por estudante efetivo, aumentada de 6.500,00 para 7.500,00.

A solene inauguração do Instituto e o início das aulas do curso de Pastoral estão previstos para, respectivamente, 2 e 3 de março próximo.

Há abundantes motivos para darmos efusivas graças a Deus por ter Ele coroado de pleno êxito esta iniciativa da CRB, talvez a mais importante em matéria de apostolado, até agora realizada pela Conferência dos Religiosos do Brasil.

Rio, 15 de janeiro de 1959.

Pe. Tiago G. Cloin Csr

Secretário do Instituto de Pastoral da CRB

III — ESTATUTOS DO INSTITUTO DE PASTORAL

Art. 1 — O Instituto de Pastoral da Conferência dos Religiosos do Brasil, com Sede em São Paulo, foi fundado em de de , conforme voto da Segunda Assembléa dos Superiores Maiores em 18 de julho de 1958 e se rege

pelos presentes Estatutos e regimentos.

Art. 2 — O Instituto tem por finalidade executar os dispositivos da Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae", com relação ao ano de formação pastoral dos néo-sacerdotes, com a colaboração mútua das várias Congregações Religiosas interessadas.

Art. 3 — As Congregações Religiosas interessadas poderão contribuir para o Instituto, seja associando-se, através de pagamento da quota de associação, com direito a inscreverem seus Estudantes de pastoral como alunos para o curso todo, seja inscrevendo-os como auditores para certas matérias, seja pondo à disposição do Instituto elementos seus para integrarem o corpo docente e o dos supervisores de estágio.

Art. 4 — O Instituto é mantido pela Conferência dos Religiosos do Brasil, que o criou, e como tal, depende diretamente da Diretoria da mesma Conferência, e indiretamente da Assembléia dos Superiores Maiores, que é o órgão supremo da CRB.

Art. 5 — Integrado na Conferência dos Religiosos do Brasil, o Instituto participa da isenção canônica da mesma, com relação aos Exmos. Srs. Ordinários do lugar, para tudo que se refere à formação religiosa, clerical e apostólica. Na formação levar-se-á em conta as normas e diretrizes para o apostolado externo, traçadas pelo Episcopado nacional. Para o que diz respeito aos estágios, que são exercícios de apostolado externo, a serem realizados de acordo com as normas da Constituição apostólica "Sedes Sapientiae", o Instituto depende de um lado dos Superiores Maiores dos alunos e auditores matriculados, e de outro lado da Fixma. Autoridade diocesana.

Art. 6 — O Instituto, como organização comum de várias Congregações Religiosas, depende da Sagrada Congregação dos Religiosos, da qual recebe sua ereção canônica, e se agregará, desde que possível ao Pontifício Instituto de Pastoral, de Roma.

Art. 7 — O Instituto é governado por um Diretor, um Prefeito dos Estudos, um Secretário, um Tesoureiro, e pela Congregação dos Professores e Supervisores de estágio.

Art. 8 — Os Superiores Maiores associados ao Instituto ou que mantêm nêle súditos como Professores e Supervisores de estágio, constituem o Conselho Superior do mesmo Instituto que deverá reunir-se, uma vez por ano, pelo menos, por ocasião da Assembléia anual dos Superiores Maiores, para examinar a situação do Instituto e tomar as medidas oportunas para sua constante melhoria. Desta reunião participarão, com voto consultivo, os Professores, Supervisores de estágio e membros da Diretoria do Instituto. O Diretor do Instituto tem voto deliberativo.

Art. 9 — O Diretor, Prefeito dos Estudos, Secretário e Tesoureiro, são nomeados pela Diretoria da CRB, por três anos, podendo ser reconduzidos. Esta nomeação está sujeita à ratificação da primeira Assembléia dos Superiores Maiores que se realizar.

Art. 10 — Os Professores e Supervisores de estágio são recrutados, entre eclesiásticos e leigos, pelo Diretor, do qual recebem a incumbência do magistério.

rio, e de quem dependem. A investidura, porém, destes Professores e Superiores de estágio, está sujeita à confirmação da Diretoria da CRB. Para a nomeação de Professores que não são Religiosos, é necessário prévio entendimento com o Ordinário do lugar.

Art. 11 — Os alunos e auditores serão apresentados pelos respectivos Superiores Maiores, e admitidos pelo Diretor. Pela mesmo Diretor, ouvida a Congregação, poderão ser excluídos, mediante entendimento com o respectivo Superior Maior.

Art. 12 — A Congregação do Instituto elaborará o Regimento interno do mesmo, a ser aprovado pela Diretoria da CRB. Conforme a experiência o exigir, serão determinadas as condições de admissão, o regime disciplinar, as causas de exclusão, o regime escolar, o sistema de verificação do aproveitamento, a organização didática, a distribuição das matérias teóricas e dos exercícios práticos e dos estágios, magistério das várias cadeiras e a supervisão dos estágios, para integrarem, após aprovação da Diretoria da CRB, o Regimento interno.

Art. 13 — No ato de admissão de um professor, serão fixadas as condições em que prestará sua colaboração ao Instituto, no que tange a horário e remuneração.

Art. 14 — Os alunos pagarão uma quota anual, dividida em duas prestações, a serem pagas, uma no ato de admissão, outra no início do segundo semestre. Os auditores pagarão com antecedência uma quota, a ser combinada entre o Diretor do Instituto e o Superior Maior respectivo, proporcionada ao número de aulas que frequentarão. As quotas pagas não serão devolvidas, mesmo no caso de o aluno ou auditor deixar de frequentar as aulas, por qualquer motivo.

Art. 15 — A quota de associação, paga com antecedência, será proporcionada ao número de sacerdotes da Província (exclusive os sacerdotes do curso teológico e pastoral) na seguinte proporção: menos de 50 sacerdotes = 1, 50 a 150 sacerdotes = 2, mais de 150 sacerdotes = 3. As províncias que depois do ato de fundação do Instituto se associarem ao mesmo pagarão o dôbro desta quota. É facultada a associação ao Instituto, através de pagamento da quota de associação, mesmo se a Província não tem membros seus como alunos no Instituto.

Art. 16 — As quotas se destinam a garantir a manutenção ordinária do Instituto, pagamento dos professores, apostilhas, material de expediente e funcionários auxiliares, que se fizerem necessários. Despesas extraordinárias de qualquer natureza, serão feitas pela Conferência dos Religiosos do Brasil, em forma de adiantamento, sob proposta da Diretoria do Instituto, e reembolsadas, em prestações à CRB pelo Instituto.

Art. 17 — Ao Diretor do Instituto compete a direção geral do mesmo.

Art. 18 — O Prefeito dos Estudos exerce sua função conforme as determinações da Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae", art. 29, e substitui o Diretor nas suas ausências e impedimentos.

Art. 19 — Incumbe ao Secretário manter em dia, por si ou por meio de auxiliares idôneos, todos os arquivos e documentos da Secretaria, a Biblioteca, as atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e da Congregação, os assentamentos relativos à vida escolar dos alunos, hem como tôda a

correspondência do Instituto, que será habitualmente assinada pelo seu Diretor.

Art. 20 — O Tesoureiro do Instituto administra de acôrdo com as instruções da Diretor, e a êle deve prestar contas, sempre que lhe forem pedidas. Os atos administrativos são, porém, praticados pelo Tesoureiro sozinho, não precisando da assinatura do Diretor. Incumbe-lhe, outrossim, fazer todos os recebimentos e pagamentos, bem como manter sempre atualizada a contabilidade do mesmo, proceder à cobrança das quotas dos alunos. Os livros de contabilidade poderão ser examinados a qualquer momento, por qualquer dos Superiores Maiores que cooperam com o Instituto ou pela Diretoria da CRB.

Art. 21 — O Prefeito dos Estudos deve dedicar ao Instituto tempo integral, consagrando à formação de seus alunos e auditores todo o zelo e diligência. O Diretor, Secretário e Tesoureiro poderão dedicar tempo parcial aos seus trabalhos no mesmo Instituto.

Art. 22 — A Diretoria do Instituto deverá reunir-se, ordinariamente, uma vez por mês; e a Congregação, pelo menos duas vezes ao ano.

Art. 23 — Os Superiores do Instituto, dentro dos limites fixados pelos Estatutos e pelos regimentos, exercem verdadeira autoridade com relação aos Professôres, Supervisores de estágio, alunos e auditores, por delegação de poderes recebidos dos respectivos Superiores Maiores.

Art. 24 — É vedado ao Instituto entrar em assuntos particulares e internos da casa religiosa ou da Congregação a que pertencem seus alunos e auditores. Não podem seus Superiores receber contas de consciência de seus alunos e auditores, devendo limitar-se à supervisão dos estágios, aos aspectos externos e comuns ou genéricos do trabalho realizado.

Art. 25 — O Instituto funcionará em salas apropriadas na Capital de São Paulo, conforme entendimento entre o proprietário e a Conferência dos Religiosos. Este entendimento deverá fixar as condições em que é prestada esta colaboração.

Art. 26 — O Instituto, funcionando em São Paulo, poderá manter filiais em outros Estados, supervisionadas pelo Presidente da Secção Estadual da CRB, desde que haja conveniência para atender a alunos e auditores que não possam frequentar o Instituto central.

Art. 27 — Além dos cursos regulares, incumbe ao Instituto promover cursos extraordinários, quer para professôres de Moral e Pastoral, para alunos ou para sacerdotes religiosos em geral, para atualizar a formação pastoral dos mesmos. Estes cursos poderão ser iniciativa do Instituto, ou poderão ser pedidos pela Diretoria da CRB, ou pelas Secções Estaduais. Seu financiamento será estudado e realizado de acôrdo com as circunstâncias de cada caso, sempre, porém, sem onerar as finanças do próprio Instituto.

Art. 28 — O Instituto procurará manter a mais cordial colaboração e intercâmbio com as organizações congêneres, nacionais ou estrangeiras, do clero regular ou secular.

Art. 29 — Os dispositivos dêstes Estatutos só poderão ser modificados pela Assembléia dos Superiores Maiores, mediante proposta da Diretoria da CRB ou

do Conselho Superior do mesmo Instituto. Os regimentos poderão ser modificados por proposta da Diretoria do Instituto, e por autoridade da CRB ou do Conselho Superior.

IV — REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO

Art. 1 — O curso de Pastoral terá a duração de um ano e imediatamente após terminado o quadriênio de Teologia (Estatutos Gerais da "Sedes Sapientiae", 48, § 1.º). Compreenderá as disciplinas, aqui anexas.

Art. 2 — O ano letivo começa em princípio de março e termina em fins de novembro (cfr. EGSS 42, § 1.º), dividindo-se em dois semestres: o primeiro de março a julho; o segundo de agosto a novembro.

Art. 3 — Este curso terá, pelo menos, cem dias de aulas, inclusive os exercícios práticos sobre o ministério, mas exclusive os estágios (cfr. EGSS, 42, § 3.º III).

Art. 4 — Haverá oportunidade de se inscrever seja como aluno, isto é, para frequentar o curso todo, com direito, através de exame, ao diploma de aproveitamento do curso; seja como auditor, isto é, para limitado número de matérias ou aulas.

Art. 5 — Para o aluno ter direito ao diploma de aproveitamento é necessário ter ele frequentado todas as aulas do curso, bem como os exercícios práticos sobre ministério e os estágios.

Art. 6 — A não frequência às aulas por mais de três meses, mesmo não consecutivas, invalida o ano escolar; se a não frequência tiver sido mais de um mês e menos de três meses, deverá ser suprida a falta com aulas e, eventualmente, com exames especiais (cfr. EGSS 42, § 4.º).

Art. 7 — O número de aulas será 12 por semana, de 50 minutos cada uma, num total de 300 aulas anuais.

§ 1.º — Haverá 3 aulas diárias, às terças, quartas, quintas e sextas-feiras.

§ 2.º — As aulas serão dadas no período da manhã e os estágios nos sábados e domingos e eventualmente em outros dias no período da tarde.

Art. 8 — Os estágios poderão ser realizados sob a supervisão e responsabilidade do Superior canônico ou do Instituto, conforme entendimento entre o Superior Canônico e o Diretor do Instituto.

Art. 9 — A organização dos estágios, supervisionados pelo Instituto, ficará a cargo do Prefeito dos Estudos.

Art. 10 — Façam-se exercícios práticos sobre a administração dos Sacramentos a todas as classes de pessoas, sobre a maneira de ensinar o catecismo às crianças e aos adultos, bem como exercícios especiais de oratória sacra, etc.

Art. 11 — Haverá exames no fim do segundo semestre, escrito ou oral (EGSS 42, § 5.º).

Art. 12 — Os professores serão escolhidos conforme o art. 10 dos Estatutos do Instituto, e segundo as normas fixadas pelos EGSS 30 e 31.

Art. 13 --- O Prefeito dos Estudos deve preparar, em colaboração com os Professores, para o princípio do ano escolar, o calendário no qual deve constar: dias de aula, dias feriados, exames, e a matéria que deve ser tratada por cada Professor (cfr. E.G.S.S. 24, §§ 1.º e 2.º), e promulgado pelo Diretor do Instituto.

Art. 14 ... Serão dias feriados: Dias Santos, Semana Santa, feriados nacionais, padroeiros da Nação, fundadores de cada Ordem e Congregação Religiosa que têm alunos frequentando o curso.

V — ELENCO DAS DISCIPLINAS, COM NÚMERO DE AULAS, E DOS PROFESSORES

A. Disciplinas teológico-pastorais:

- 1) **Doutrina pastoral do Magistério contemporâneo:** 6 (seis) aulas
Revmo. Pe. Dom Tito Marchese OSB, Dr. em Direito Canônico e Bacharel em Direito Civil.
- 2) **Doutrina pastoral da Bíblia:** 6 (seis) aulas
Revmo. Pe. Frei Carlos Pinto de Oliveira OP, Leitor em Teologia e Regente de Estudos no Seminário Maior dos Pes. Dominicanos em São Paulo (C).
- 3) **História da Pastoral:** 12 (doze) aulas
Revmo. Pe. José Sebastião Saba, Dr. em Teologia e Escritura S. e professor na Faculdade Católica de Teologia em São Paulo.
- 4) **Teologia sistemática da Pastoral:** 12 (doze) aulas
Revmo. Pe. Frei Bernardo Catão OP, Leitor em Teologia e Professor de Teologia dogmática no Seminário Maior dos Pes. Dominicanos em São Paulo (C).
- 5) **Pastoral (cura de almas) ordinária:** 35 (trinta e cinco) aulas
- 6) **Pastoral (cura de almas) extraordinária:** 10 (dez) aulas
Revmo. Pe. Gabriel Vilela, professor de Homilética e Catequética dos Estudantes de Pastoral da Província Redentorista de São Paulo.
- 7) **Pastoral da Pregação:** 25 (vinte e cinco) aulas
Revmo. Pe. Gabriel Vilela C.Ss.R.
- 8) **Pastoral da Catequese:** 15 (quinze) aulas
Revmo. Pe. Frei Romano Koepe OFM, Professor de Catequética dos Estudantes de Pastoral da Província Franciscana de S. Paulo.
- 9) **Pastoral da Liturgia:** 30 (trinta) aulas
Revmo. Pe. Leonardo Eckl C.Ss.R, Dr. em Filosofia e Mestre dos Estudantes de Pastoral da Província Redentorista de São Paulo.
- 10) **Pastoral do Apostolado dos Leigos:** 15 (quinze) aulas
Revmo. Pe. Luís Caggioni PIME, Licenciado em Teologia e Vice-Diretor da Federação das Congregações Marianas de São Paulo (C).

- 11) **Pastoral da opinião pública:** 8 (oito) aulas
Revmo. Pe. Adalberto Nunes SDS, Diretor do diário "A Folha" de Jundiaí e da "Rádio Difusora Jundiaí".
- 12) **Pastoral da vida social e política:** 15 (quinze) aulas
Revmo. Pe. Frei Egberto Prangenberg OFM, Dr. em ciências político-sociais e Professor de sociologia dos Estudantes de Pastoral da Província Franciscana de São Paulo.
- 13) **Pastoral (ascética) do Pastor:** 4 (quatro) aulas
Revmo. Pe. Frei Maurício Bruni OC, Dr. em Teologia e Professor de Teologia dogmática, ascética e mística no Seminário Maior da Província Carmelitana de São Paulo.

B. Disciplinas auxiliares:

- 1) **Sociologia e sociografia Pastoral:** 10 (dez) aulas
Revmo. Pe. Frei Benevenuto da S. Cruz OP, Diretor do Movimento "Economia e Humanismo" no Brasil
- 2) **Psicologia, Pedagogia e Psiquiatria Pastoral:** 35 (trinta e cinco) aulas
Exmo. Sr. Enzo Azzi, Dr. em Medicina e Cirurgia, Diplomado em Psicologia experimental e educacional e Diplomado em Neuropsiquiatria; Fundador e Diretor do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 3) **Medicina Pastoral:** 11 (onze) aulas
Exmo. Sr. Arthur Wolff Netto, Dr. em Medicina e Professor de Medicina Pastoral na Faculdade Teológica "Na. Sra. da Assunção" da Pontifícia Universidade Católica do S. Paulo e no Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga.
- 4) **Administração pastoral, eclesiástica e religiosa:** 7 (sete) aulas
Revmo. Pe. Heriberto Bulkowki SVD, Licenciado em Teologia, Promotor de Justiça e Defensor do Vínculo no Tribunal eclesiástico de São Paulo e Professor de Teologia Dogmática no Seminário Maior da Província dos Pes. do Verbo Divino de São Paulo.

C. Cursos informativos, acêrca de problemas pastorais particulares.

- 1) **Situação religioso-moral do Brasil:** 5 (cinco) aulas
Exmo. Sr. José Arthur Rios, Bacharel em Direito e Ciências Sociais, Representante do Movimento "Economia e Humanismo" no Brasil, Professor de Sociologia Religiosa e Paroquial dos Cursos promovidos pela Arquidiocese do Rio de Janeiro.
- 2) **Pastoral de preservação e reconquista do Protestantismo:** 9 (nove) aulas
Exmo. e Revmo. Sr. Dom Agnelo Rossi, Bispo diocesano de Barra do Piraí, Dr. em Teologia, Secretário da secção "Protestan-

tismo" da Comissão de Defesa da Fé e Moral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

- 3) **Pastoral de preservação e reconquista do Espiritismo e Maçonaria:** 15 (quinze) aulas
Revmo. Pe. Frei Boaventura Kloppenburg OFM, Dr. em Teologia e Secretário da Seção "Espiritismo" da Comissão de Defesa da Fé e Moral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- 4) **Pastoral de preservação e reconquista do Comunismo:** 6 (seis) aulas
Revmo. Pe. Nicolau Boér, Dr. em Teologia, ex-secretário de S. Excia. o Card. Mindzenty e Docente da Faculdade teológica da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo.
- 5) **Pastoral das ideologias contemporâneas:** 10 (dez) aulas
Revmo. Pe. Dom Cândido Padim OSB, Dr. em Filosofia e Bacharel em Direito Civil, Catedrático de Cultura Religiosa na Faculdade Filosófica de S. Bento.
- 6) **Pastoral da Comunidade e Educação dos Grupos:** 15 (quinze) aulas
Exma. Sra. Helena Iracy Junqueira, Licenciada em Filosofia e Educação, Diplomada em Serviço Social e Professora de Serviço Social da Comunidade e de Ética profissional da Escola de Serviço Social de S. Paulo.
- 7) **Pastoral das relações humanas:** 5 (cinco) aulas
Exmo. Sr. Tolstoi Ferreira, Diplomado em Serviço Social e Especializado em Organização, Administração e Seleção de Pessoal, ex-Professor de Relações Humanas e Administração na Escola de Administração de Negócios da Ação Social, no Instituto de Direito Social e no IDORT.

VI — ENDEREÇOS DOS PROFESSORES DO INSTITUTO

Adalberto Nunes SDS, Pe., Rua General Carnero, 105, Vila Arens, Jundiaí — SP. Tel. 3-017.

Agnelo Rossi, Dom, Palácio Episcopal, Barra do Piraí — RJ.

Arthur Wolff Netto, Res. Rua Paraguassú, 450. Tel. 51-1468 — Escr. Av. Ipiranga, 1123, 4.º, apt.º 404, tel. 34-4645.

Benevenuto da S Cruz OP, Pe. Frei, Res. Rua Caiubí 126. Tel. 62-2324. Escr. "Economia e Humanismo", Praça da Bandeira, 40, 13.º, s/ E-H. Tel. 35-7616.

Bernardo Catão OP, Pe. Frei, Rua Caiubí, 126. Perdizes. Tel. 62-2324.

Boaventura Kloppenburg OFM, Pe. Frei, Convento S. Coração, Caixa Postal, 23, Petrópolis — RJ. Tel. 4734.

Cândido Padim OSB, Pe. Dom, Res. Mosteiro de São Bento, Largo S. Bento. Tel. 32-0934. Escr. Mosteiro de São Bento, Largo S.

Bento. Tel. 33-6452.

Carlos Pinto de Oliveira OP, Pe. Frei, Rua Caiubi, 126 — Perdizes, Tel. 62-2324.

Egherto Prangenberg OFM, Pe. Frei, Convento de S. Antônio, Largo da Carioca, Rio de Janeiro — DF. Tel. 22-5548.

Enzo Azzi, Res. Rua Monte Alegre, 1373 — Perdizes — Escr. Instituto de Psicologia da P. Universidade Cat., Rua Monte Alegre, 984, Tel. 62-2498.

Gabriel Vilela CsrR, Pe. Rua S. Afonso, 111. — Penha — Tel. 9-0439.

Helena Iracy Junqueira, Av. Higienópolis, 720, 3.º, apt.º 8. Tel. 51-1468.

Heriberto Bulkowki SVD, Pe. Seminário do Espírito Santo, Rua Verbo Divino, 1, Caixa Postal 12605. Tel. 61-4000.

José Arthur Rios, Res. Travessa Oriente, 83. Tel. 52-1629. Rio de Jan. Escr. Rua S. Luzia, 189, 15.º. Tel. 32-8066. Rio de Janeiro.

José Sebastião Saba, Pe., Rua Hilário Ribeiro, 209 — Cidade Vargas. Recados: Seminário Central do Ipiranga, Av. Nazaré, 993. Tel. 63-1689.

Leonardo Eckl CsrR, Pe., Rua S. Afonso, 111, Penha. Tel. 9-0439.

Luís Caggioni PIME, Pe., Res. Av. Morumbi, 164 — Brooklin Paulista — Tel. 61-9572 — Escr. (à tarde) R. Conde Sarzedas, 100. Tel. 32-1515.

Maurício Bruni OC, Pe. Frei, Rua Martiniano de Carvalho, 114 — Liberdade. Tel. 36-2209.

Nicolau Boér, Pe. Rua Martim Francisco, 776, 8.º, apt.º 81. (Tel. do vizinho apt.º 82: 52-8747.

Romano Koepe OFM, Pe. Frei, Convento de S. Antônio, Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Tel. 22-5548.

Tiio Marchese OSB., Pe. Dom. Mosteiro de São Bento, Largo São Bento. Tel. 32-0934. — S. Paulo

Tolstoi Ferreira, Res. Rua Iguatemi, 197 — Itaim. Tel. 80-7661. Escr. Largo da Misericórdia, 24, 7.º Tel. 35-7269.

— * * * —

O CALENDÁRIO

do Instituto, elaborado na forma prevista no artigo 13 do Regimento Interno, prevê o início das aulas para o dia 2 de Março, terminando-se no dia 11 de Novembro. O mês de Julho é mês de férias.

O Instituto imprimiu, em opusculo à parte, o seu Calendário, que

foi enviado aos Superiores Provinciais, Alunos e Professôres, à S.C. dos Religiosos, aos demais Institutos congêneres em funcionamento, bem como às Conferências de Religiosos dos demais Países.

Rio, Março de 1959.

Secretaria: Rua Venceslau Braz, 78, 2º. andar,
s / 208 - 209, fone 32-8004.

São Paulo — Capital

Horário da secretaria: 8.30 — 18.00 horas

Auditório: Monumento Histórico da Fundação de São Paulo
Pátio do Colégio

Fone: 35-6899

São Paulo — Capital

Horário do auditório: III, IV, V e VI feiras
das 9.00 às 11.35 horas.

Secretário: Revmo. Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R

Escrit.: Secretaria do Instituto

Resid.: Rua Sampaio Vidal, 1055 — Jardim Paulistano —
fone 80-4709., **São Paulo — Capital**

PREPARAÇÃO DAS SANTAS MISSÕES

Pe. Astório Pascoal C.M.

(Continuação do número anterior)

5 — A preparação da família

O missionário evitará o risco de dar pouco relevo às famílias, collocando seus esforços unicamente nos indivíduos.

Não vamos dizer que a família é uma segunda casa de Deus, nem que são felizes os que nela moram, nem sequer que deve ser um santuário de santidade (Ps XCII, 5), pois tudo isso é sobejamente conhecido.

Somos, no entanto, obrigados a afirmar que as famílias vão desaparecendo; que deixaram de ser "*principium orbis et quasi seminarium reipublicae*" (Cícero), que vai sumindo a união com Deus, surgindo de sopetão uniões sem amor, pais sem filhos, lares tristes, ruínas e escombros, mais caixões que berços (Pinard).

Todos os males modernos, — não entram na conta os antigos — assaltaram bárbaramente as famílias e apossaram-se delas, desagregando-as, tirando-lhes a estabilidade, tornando-as uma prisão ou um jardim abandonado, corrompidas pelo cancro da imoralidade e inermes numa espantosa anemia religiosa.

A êsses lares deverão acudir quantos mourejam nos preparativos das missões.

Seja a primeira cautela não se espantar nem horrorizar das degradações familiares que se encontrarem. Sinais de pasmo ou exclamações de pavor diante das mesmas famílias produziriam o efeito da palavra imprudente do médico que não soube dissimular a gravidade do enfermo nem quis arcar com os tratamentos difíceis para salvar uma vida que se esvae e definha.

Vem em seguida o trabalho nas mesmas famílias. O pároco refira-se ao assunto nas homilias e instruções: importância da família, felicidade dos lares, beleza das famílias cristãs, bênçãos divinas sobre elas, escândalos e males terríveis das famílias irreligiosas, esperanças depositadas na pregação das missões para o bem das famílias.

Tais recordações virão a talho de foice nas vésperas das missões, preparando as almas para uma reviravolta santa e esperando pelo desaparecimento de cenas negrejandas que envergonham e fazem derramar lágrimas ao sacerdote, que não vê o amor de Deus na paróquia, de que Jesus está descontente.

Inicia-se logo a campanha ou parte prática. As comissões especializadas percorrerão as casas, sempre duas a duas, entrarão nos lares, farão um inquérito sobre a situação das mesmas famílias.

Notarão o estado espiritual ou material em se tratando de pobres, sobretudo a religião que professam e o estado de vida, se casados, unidos civilmente ou amigados. Com cuidado, para não melindrar ou ferir susceptibilidades, mostrando interêsse pelo seu bem, levantarão uma estatística completa do estado da paróquia, que muito servirá para a tarefa do auxiliar evangélico.

A oportunidade brinda-se maravilhosa para aconselhar a assistência às missões. Se externamente encontrarem nas paredes das salas de visita, sobre mesas ou noutros lugares, calendários imorais, quadros de santos falsos, bíblias heréticas, doura-se a ocasião para com delicadeza exortar a retirada deles, pedindo licença para entregar outros quadros religiosos que substituirão os que merecem ser levados ao fogo.

E porque não preparar essas famílias, nos meses precedentes, com a visita de Nossa Senhora, a primeira Missionária do Mundo? Escolha-se a rua, família ou bairros. Reúnam-se até diversas imagens para que tôdas as famílias possam ser visitadas por Nossa Senhora naquela quadra. O resto, isto é, a ação da graça, a conversão das almas, o afervoramento dos corações, correrá prodigiosamente por conta da pioneira do Evangelho.

No programa missionário cumpre colocar em destaque o **Dia das Famílias**.

Há de ser o dia mais próprio para elas se reunirem e tomarem parte nos atos de que consta: comunhão corporativa de pais e filhos, reunidos num banco especial da Igreja; bênção das criancinhas de colo; consagração dessas famílias a Nossa Senhora e prêmio à melhor mãe da população.

Informadas antecipadamente das cerimônias do dia, comparecerão jubilosamente e sentirão renovado, incentivado o amor do lar, com enormes vantagens espirituais para a abençoada paróquia que conta com famílias moralizadas e santas.

6 — Imprensa — Rádio — Televisão

Vem-nos ao pensamento, ao estudar este ponto, uma observação de H. B. Kemma, jornalista holandês. Expressiu-se desta forma na primeira sessão do Congresso Mundial da Imprensa Católica, celebrado em Roma, em 1950: "A atual descristianização da sociedade, em todos os aspectos da vida política, civil, familiar e industrial, tem sua origem na negligência e ausência dos católicos na participação da vida civil. E onde aparece mais essa ausência é na imprensa, no rádio, e no cinema". Não se

referiu à televisão, porque ainda estava incipiente naquela quadra.

Todos estarão de acôrdo com essa opinião. E' deveras conhecida a importância d'esses três meios de evangelização ou descristianização.

Para Napoleão a imprensa era uma das grandes potências do mundo.

Albano Stolz a considera como "o campo de batalha em que se decide a luta entabulada entre o céu e a terra".

Pierre L'Ermite a chamou de "onipotência terrena". Se o demônio quizesse apossar-se da humanidade, escreveu o grande jornalista, não incitaria a blasfemar de Deus, a perder a fé, a fundar novas religiões: "lançaria ao lume da publicidade um jornal dissolvente".

Qualquer cidade possui hoje seu jornal ou jornais. Diários ou hebdomadários informam, doutrinam, combatem, defendem. Interessantes para a localidade, são o veículo dos principais acontecimentos da cidade e como um espelho onde se observam as minúcias e picuinhas de que estão fartas as esquinas e praças das pacatas populações do interior.

Missionário e Vigário têm no jornal local um bom auxílio propagandista das Missões. Esses homens da imprensa, sentem-se honrados e penhorados com a visita dos padres. Uma conversa amistosa, pontilhada de interêsse, animada pela curiosidade, lhes cativará a amizade dos mesmos jornalistas, dando em consequência prazo admirável para as colunas se abrirem à pena dos enviados divinos.

Aproveite êsses adminículos publicando o noticiário missionário, enviando os avisos do dia ou semana e sobretudo, sendo possível, escreva algum artigo, breve e incisivo, sobre assunto referente ao caso que certamente será aproveitado para editorial do dia, em destaque e com as mais vivas vinhetas da tipografia, em honra do missionário.

Sirva-se dessa espada, ouvindo de Deus como o chefe dos Macabeus antes de pelejar contra os inimigos: "accipe sanctum gladium" (II Mac, 15, 16) recebe essa espada e vai combater em meu nome.

Frequentemente encontram-se nas cidades estações de Rádio. Talvez seja difícil ao missionário servir-se d'esse meio de propaganda, pois basta vêzes somente com somas elevadas se pode dispor de 15 minutos para a manifestação do pensamento cristão. Todavia, sendo possível, utilize-se o Rádio em prol das missões.

O bem que se pode fazer é incalculável. Quem poderá dizer a utilidade social — afirma Pio XII — resultante das informações transmitidas? Quem poderá medir a extensão do fruto a colher nas conferências e lições que se poderão dar em breves minutos?

Se ao menos à hora clássica das Ave-Marias se conseguir essa bem organizada propaganda, muito se terá feito. "O rádio deu a notícia, o rádio avisou", são frases repetidas de boca em boca, de família em família, preparando a campanha ou incentivando a continuação dos movimentos missionários.

Interesse-se por êsse auxílio propagandista. Certo de que não subs-

titui a presença no lugar onde se realizam, a majestade do templo de Deus; mas as pregações e cerimônias irradiadas aproveitarão a quantos não puderem comparecer.

Mais freqüente e mais fácil resulta para todos os efeitos o serviço de alto-falantes locais ou paroquiais que não faltam nas igrejas do interior com a instalação externa na torre. Empregando-os com parcimônia, não a tôdas as horas do dia, será bem recebida a irradiação e nem será mister a intervenção da autoridade policial quando alguma voz discordante se levantar a protestar, como é vezo em certos "irmãos separados".

Vem, em terceiro lugar, a televisão. E aproveitando os sapientísimos ensinamentos do Papa Pio XII, louvemos a Deus que deu aos homens uma ciência "com a finalidade de ser honrado em suas maravilhas" (Ecl 38, 6). Não há dizer da emoção com que o glorioso Papa de f. r. comunicou-se pela primeira vez na televisão, na Páscoa de 1949, afirmando que esperava dela as mais alevantadas conseqüências para a revelação cada vez mais luminosa das verdades divinas às inteligências leais.

Já não é possível duvidar da eficácia da televisão para a difusão da mensagem evangélica, pois são conhecidos os resultados conseguidos pela laboriosidade dos católicos nos países onde foi introduzida. Nem se podem calcular os campos que se abrem ao nosso apostolado com tão vivo e atraente meio de comunicação.

Certamente que para a propaganda das missões é ainda meio incipiente, por não existir senão nas grandes capitais. Nem demorará o dia em que novos e mais ousados paladinos da verdade empreguem este meio, como já tem empregado o rádio para a pregação dos Retiros Espirituais. Os tempos que avançam com velocidade supersônica nos reservam ainda grandes surpresas. Não poderemos ser contrários a quaisquer meios que lícita e sãbiamente sirvam ao bem das almas e à glória divina.

Evitando o risco de se confundir a natureza das missões com uma audição comodista, curiosa, em meio dos afazeres domésticos, não nos mostraríamos contrários à utilização da mesma. Empregue-se quando necessária, mas prefira-se o lugar santo, o silêncio da igreja, frente à imagem do Cristo padecente ou junto da pessoa de Jesus no sacrário. Empregue-se como meio de propaganda, mas não como palco para a exibição feérica da grande e séria mensagem da salvação.

7 — Renovação da Missão

Missão bem pregada é a regeneração de uma paróquia ou talvez de um município", declarou o Pe. Mach.

Mais explícito é São Vicente de Paulo: "Assistir a uma missão e não converter-se seria maior milagre que a mesma conversão".

Propugnem-se essas verdades contra os que ousam afirmar que as missões passaram de moda, que são fogo de palha, explosão de bomba ou festa de roça.

"Declaro com certeza — escreveu Santo Afonso de Ligório — que os que morrem durante o ano que seguiu à missão, salvaram-se infalivelmente".

No entanto, conhecemos a inconstância humana, a volubilidade das criaturas. Mudam como ventoinha de torre ou birutas de aeroporto. Passam as impressões produzidas naqueles dias. As verdades empoeiram-se, como se empoeiram certos quadros de famosos artistas. O esquecimento recai de novo no povo, eterna criança. Escasseia a prática da fé: com esse fator deve contar o missionário mais ardente para não desanimar em seus labores divinos e para ver que é necessária a repetição da Missão, que venha confirmar as almas na profundidade da vida cristã.

"Devem repetir-se as missões", disse S. Afonso numa carta a um Sr. Bispo e deixou preceituado nas Regras dos Padres Redentoristas, como lemos no "Retiro Sacerdotal" de Pe. Franco.

Renovar é recordar, repassar, voltar ao mesmo campo para melhorar, consolidar e garantir a obra feita. O professor recorda as lições e repassa as tarefas dos alunos. O lavrador volta ao campo para catar espigas, grãos e outros frutos, por não estarem amadurecidos ou por não terem aparecidos. Como Rut a respigar nos campos de Booz, enquanto durou a ceifa do trigo e da cevada, também o missionário está convicto da precisão de voltar a respigar nos trigais dourados das almas.

Ficaram grãos de ouro, almas que não estavam preparadas para a graça de Deus. Nem todos se convertem. Conhece-o o enviado divino. Decairia em orgulho ou cega ignorância acreditando que à sua voz e préstimo pessoais sobreveio do céu uma onda de luz e de graça que arrastou todos à conversão. Deus permite essas lacunas, essas sombras, para o missionário se entregar a rigoroso exame acerca da culpabilidade que lhe possa caber no amadurecimento incompleto dos frutos de santificação.

O prolongamento das missões aprimora o que ficou despolido; renova a lembrança das verdades; chama ao arrependimento os que, por vergonha ou respeito humano, ficaram na impenitência.

"As confissões são grossas, vai bem a renovação das missões" declarava um Bispo que assistiu ao encerramento. É que a ação da graça vem lentamente, pacientemente, porque é sábia e eterna. Há conversões demoradas, efeito de ano de oração e de sacrifício.

Como renovar as missões? No mesmo estilo, com as mesmas cerimônias costumeiras?

Achamos que não seria conveniente. Produzirá melhor resultado dando outra feição, outro aspecto, porque a novidade agrada mais e atrai o povo sequioso de coisas novas.

Repitam-se as mesmas verdades sob prisma diverso, sob um aparato novo e interessante.

Semana Eucarística, Páscoas Coletivas, Congresso Eucarístico paroquial, Mensagem de Fátima, Semana de Ação Católica, Semana da

Bíblia, poderão ser o engôdo ou isca para atrair o povo, ficando o fundo e essencial integrado pela pregação das verdades divinas.

Assim, passando o ano, mais ou menos, deveria renovar-se a Santa Missão, com os mesmos Missionários, que sabem pelejar com mais eficiência em campo conhecido.

8 — Tempo propício

"Tempo, a mais preciosa das coisas", sentenciou Séneca. "O tempo, que vale tanto como Deus", é frase de São Bernardino de Sena, deve ser cuidadosamente observado no preparo missionário. Pois se "omnia tempus habent", também as missões paroquiais demandam sua preciosa colaboração.

O Mestre e Missionário prótótipo compara as Missões, pela boca de São Paulo, a uma construção e a uma plantação. "Dei agricultura estis, Dei aedificatio estis" (1 Cor 3, 9). E pelo profeta Isaias nos disse antes o Espírito Santo que nos escolheu para "arrancar, reduzir a pó, construir e edificar" (Jer 1,10).

Há tempo próprio para a sementeira e plantação. As condições climáticas impõem-se aos caprichos humanos. As teorias científicas submetem-se ao fator tempo, que conhece ao pé da letra qualquer agricultor.

Desprezando o tempo propício, o missionario expõe-se a um fracasso, a uma frieza atordoante, que traria o desânimo ao agricultor divino e o pessimismo ao povo; contágio terrível que se deve expungir do ambiente missionário.

Em se tratando de grandes cidades, é claro que o tempo seria quando as demais paróquias estiverem sendo missionadas, ao assalto geral. Missão isolada não está fadada a grandes e extraordinários resultados, quando as outras paróquias vivem absorvidas e febricitantes na azáfama do trabalho.

Nem parece tempo oportuno, quando outro acontecimento empolga e seduz a atenção popular mais facilmente que as missões, cientes de que a vida superficial arrasta de roldão quando não há impecilhos na frente e resiste ao que importa em vencimento e sacrifício.

Nem se preguem missões em tempo de eleições, por ocasião das festas de formaturas, na celebração das festas cívicas, temporadas teatrais, épocas de colheita, nas estações mais rigorosas do inverno ou nos períodos chuvosos, nem quando o ribombar do canhão anunciar a desgraça de uma guerra civil, tendo em conta a dificuldade de, nesses tempos, contar com a assistência do povo ou com o recolhimento requerido para a palavra de Deus não cair em terra sáfara.

Pregamos uma missão no período bélico de 1932. Quando a missão estava pela metade, após a missa da comunhão geral das crianças, o povo fugiu para sítios e fazendas, ao boato de que vinham os da Ditadura, cortando em seco a santa missão.

Em todo o caso, peça-se a Deus o acerto do tempo conveniente, pois, muitas vezes, quando tudo pensado e combinado, saem as coisas pelo avesso. Esperançosos de um tempo limpo e azulado, despencam chuvas torrenciais que alagam ruas e deixam as estradas intransitáveis.

9 - Conveniência da volta periódica do Missionário

Encerradas as missões e cumprido o dever dos paladinos incansáveis do bem, chega a hora sombria da despedida. O povo, de lágrimas nos olhos, clama pela volta breve do missionário. Este, pela sua vez, escreveu Frederico Ozaman, "tendo deixado pátria e família sem pranto no coração, sente a alma banhada de dor, na separação do campo conquistado, das almas salvas, dos filhos espirituais a que ficou ligado naqueles dias por elos de amor santo mais fortes que os da carne e do sangue".

Advogaremos pela sua volta periódica, em viagem de inspecção, de animação, de soerguimento espiritual?

Há os que defendem o contrario. "Assueta vilescunt" declaram. A visita amudada do missionário apagará o halo de mistério que o envolve, mercê da altura sobrenatural em que o colocou e da linha impecável de seriedade e santidade que observou nos dias santos que permaneceu com o povo. Há o risco de esse povo ir perdendo a estima de uma coisa tão grande. Sua palavra se tornará como a do Pe. Vigário, habitual, rotineira. Quem sabe, no repetido convívio, esse povo perceberá falhas inerentes a toda criatura e "o missionário ficará sendo o santo da casa que não faz milagres".

Para os que assim opinam, não se julga prudente a volta do missionário às paróquias por ele missionadas.

Outros opinam o contrario. Será sempre recebido o apóstolo da verdade que soube ganhar a vontade do povo. Poderá pôr o dedo na chaga, sem dourar a pílula; sua palavra será bem acolhida. Voltando à paróquia, as almas se congregarão ao seu lado. Será feita em frutos a nova pesca, pois não faltam almas que, acorrentadas na primeira vez, lhe abrem agora seu coração. Esta volta periódica será como que a tomada de pulso da vida sobrenatural, em decréscimo ou em ascensão.

Observará os frutos permanentes ou efêmeros da Santa Missão. Animará o pároco edificado com a vida exemplar do missionário e suscitará nos fiéis as emoções produzidas naquela estrondosa apoteose divina, poucas vezes contemplada na paróquia, quando da primeira celebração da Santa Missão.

"Volte, nos dizia o povo. Volte para o ano. Poderá fazer muitos batizados", referindo-se à reação causada pela graça com a pregação dos deveres santos do casamento.

Quando, de outra feita, voltamos a outra paróquia, ouvimos esta novidade: "nasceram tantas criancinhas" depois da S. Missão.

Vistas as duas faces do quadro, respeitando outro melhor e mais experimentado alvitre, damos a nossa opinião: volte de quando em vez, mas

não amiúde excessivamente as visitas. Somos pelo meio termo, em que consiste a virtude.

10 — Visita domiciliária

Já estudamos êste ponto referindo-nos ao povo ou às comissões. Tratando-se das benquistas e beneméritas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, é bastante conhecida sua atuação e os frutos salubérrimos obtidos com seus esforços e dedicação tenaz.

Trata-se aqui da visita domiciliária do próprio missionário.

Será uma inovação moderna? Será um artifício destoante do papel próprio do sacerdote?

Aceitamos o pensamento dos que dizem que o católico não deveria ser convidado, visitado, para incitá-lo ao cumprimento de seus deveres. É uma questão de "direito", mas o fato interessa-nos mais profundamente. Este fato é o arrefecimento espiritual, a indiferença que se apossou das almas. Se elas não se movem e continuam petrificadas no abandono dos deveres mais comezinhos de consciência, alguém deverá mostrar-lhes o erro, abrir-lhes o caminho fechado e dar-lhes as maiores oportunidades para se desvencilharem da vida emaranhada em que se encontram.

O missionário cumpriria o dever pela metade, se contente de dizer como certo pároco: "Olhe, eu não saio de casa e estou melhor; de casa para a igreja e da igreja para casa". Todavia, as pessoas que frequentavam a santa missa e as rezas noturnas, podiam contar-se com os dedos.

Como se renovará a paróquia se o missionário se fechar no círculo estreito da casa paroquial e da matriz?

Aceitamos a objeção que alguém poderia apresentar: será excessivo o trabalho, não se aguentarão as canseiras... Certamente, mas estamos em tempos tão mudados que nada seremos se o "Caritas Christi urget nos" não fôr o motor de nossa vida. Aos seus impulsos urge-nos sair das paredes da igreja e entrar nas casas, colégios, hospitais, fábricas, prisões e praças, com a obsessão única de ganhar o povo, as almas, muitas almas. "Se o dia não basta, - dizia Pio XII - conte com a noite, madrugue com diligência, para aproveitar as horas tranquilas e fecundas em frutos de salvação".

Cumpridas as obrigações matinais, ficarão sempre algumas horas vagas, ao menos nos primeiros dias de Missão. Empreguem-se nessas visitas. Acompanhado de algum moço ou menino, pedida a proteção divina em rápida visita a Jesus Sacramentado, saia pela rua, para que o povo o veja, se familiarize com êle e se veja atraído à assistência aos atos programados.

Visite as famílias, os mais necessitados, os pobres, os encarcerados, os operários nas fábricas. Vá atrás dos que vivem em união ilícita. Converse com os pobres e console-os, completando a visita com alguma esmola, que será a mais inconcussa razão para convencê-los ao arrependimento e à resignação.

Condenado à morte, um criminoso resistia a qualquer tentativa

do sacerdote. Visitas amiudadas dum padre Capuchinho nada adiantaram. Olhares sinistros se atiravam como raios de vingança contra o humilde frade. Volta o padre na noite precedente à execução da sentença. Vendo-se mal recebido, diz-lhe estas palavras: "Desculpe, não venho falar em religião. Venho trazer-lhe êste lanche, cerveja, pasteis, doces. Amanhã, a estas horas não estará comigo e venho dar-lhe êste gôsto, como se sua mãe estivesse viva". Os olhos do criminoso mostram pércolas brilhantes. "O senhor é o primciro e o único que me ama, que se interessou por mim!". A alma ficou vencida, confessada, arrependida...

"É preciso que seus padres vão ao povo", disse Leão XIII a Mons. Doutelcuz, Bispo de Liege.

Deverá visitar também os hereges?

Se manifestamente hostis à Igreja, pouco resultado poderá esperar. Mas muitas vêzes são êles hereges materialmente falando; mas católicos ilaqueados na sua boa fé e arrancados para a heresia. Vendo-os inclinados a ouví-los, entre o missionário nas casas dêles, fale como pai; não terá perdido seu tempo. Verá cair a estátua fictícia da heresia, contemplará almas vencidas. Todavia, se receber insultos, desatenções e ofensas, recorde que o discípulo não pode ser mais que o Mestre. Faça as visitas domiciliáres para que o povo venha a Jesus Cristo pelas suas santas Missões.

CORRESPONDÊNCIA DAS SECÇÕES ESTADUAIS

Vitória — Relatório do Curso de Formação de Catequistas

A 15 de março de 1958, estando presentes S. Excia. Dom João Batista da Mota e Albuquerque, DD. Arcebispo, o Revmo. Pe. Mateus Panizza, Presidente da Secção Estadual da C.R.B., o Revmo. Pe. Augusto Duarte Cabral, o Revmo. Irmão Fulgêncio Bono, foi oficialmente reaberto o Curso Superior de Religião Pio XII.

Achavam-se presentes também várias religiosas, a Diretoria do Ensino Religioso e uma representação do Colégio N. S. Auxiliadora, dirigido pelas Filhas de Caridade. Na sessão de inauguração foram apresentados os Professores, Pe. Mateus, Padre Cabral, Irmão Fulgêncio e Irmã Ângela de Oliveira, tendo falado o Revmo. Sr. Presidente e por fim o Exmo. Sr. Arcebispo do Espírito Santo.

A 22 de março teve início a primeira aula, numa das salas do Colégio N. S. Auxiliadora, cedida pela respeitável Irmã Pontes.

Das 63 matrículas 18 desistiram.

Em maio, no dia das Mães, foi homenageada a Mãe do Céu e também as alunas casadas que receberam uma lembrança.

As primeiras provas foram realizadas no dia 7 (Teologia moral), 14 (Pedagogia Catequética) e 21 de junho (Dogmática).

No mês de julho as alunas tiveram férias, e no primeiro sábado de agosto, dia 2, as aulas recomeçaram.

As segundas provas parciais foram realizadas no dia 15 (Moral), 22 (Dogmática), 29 (Liturgia e Pedagogia Catequética) de novembro.

A 7 de dezembro deu-se o encerramento solene do Curso com a entrega dos certificados. Às 16 horas, Missa rezada pelo Revmo. Pe. Augusto Cabral e explicada pelo Exmo. Sr. Arcebispo, Dom João Batista da Mota e Albuquerque. Às 17 horas, no salão de festas do Colégio N. S. Auxiliadora, sessão solene presidida pelo Exmo. Sr. Arcebispo, com discurso de abertura pelo Presidente da Secção Estadual, discurso da oradora, Srta. Terezinha Sarmiento Xavier, discurso do Paraninfo, Irmão Fulgêncio Bono, entrega de certificado a 45 alunas, canto do Hino da Catequista, e, por fim, a palavra animadora de S. Excia. Dom João Batista da Mota e Albuquerque.

Durante o ano letivo foram dadas: 21 aulas de Moral, 21 de Dogmática, 12 de Pedagogia Catequética e 11 de Liturgia. Como no ano anterior, o resultado dessas aulas foi ótimo. O Curso trouxe grande consolo para as alunas, mestras e diretoria da Secção Estadual da CRB. Cada uma das alunas deixou gravada sua impressão sobre o mesmo, provando assim que o trabalho e sacrifícios não foram em vão. Mestras e alunas viveram dias felizes num ambiente de verdadeira cordialidade e alegria.

Que as novas Catequistas vivam o pensamento gravado na estampa religiosa distribuída no dia da entrega dos certificados: "A Catequista exerce sua ação, quase nada pelo que diz, bem pouco pelo que faz e muito pelo que é".

A título de exemplo, damos aqui o plano de aula da Catequista Dalila Gomes da Silva, da 4.ª Série Ginásial da Escola Normal Pedro II, desta Capital.

Assunto : 6.º e 9.º Mandamentos

1 — Objetivos :

- a) *Informativos:* O que nos manda e o que nos proíbe o "6.º e 9.º Mandamentos". Condições para que haja, realmente, pecado.
- b) *Formativos:* Inculcir nos educandos o amor à pureza, ensinando-lhes os Sacramentos, a Devoção a N. Senhora. Saber evitar os maus pensamentos e olhares indiscretos.

2 — Motivação

Serão narradas algumas passagens da S. Escritura, tais como: A destruição de Sodoma — São João Batista e Herodes - e ainda, uma história do livro: "Sê pura" que mostra a gravidade das leituras perigosas e imorais.

3 — Desenvolvimento do assunto.

O professor iniciará a aula mostrando aos educandos a gravura onde se vê Moyses, no Monte Sinai, recebendo de Deus as tábuas da lei. Citando rapidamente cada um dos mandamentos, demorar-se-á na explicação do 6.º e 9.º; mostrando o perigo dos olhares, dos pensamentos, dos desejos, das palavras, das ações, dos divertimentos e da convivência com o sexo oposto. Falando e insistindo sobre a beleza da castidade, intercalando a exposição com um e outro exemplo, será inculcido na mente do educando, a necessidade de se conservar a pureza, fazendo comparações entre um lírio perfeito e um estragado. Finalizando, o professor ensinará e mostrará os meios para conservar esta virtude:

- a) *Naturais:* Fortaleza — Temperança — Prudência — Mortificações dos sentidos — Fuga das ocasiões — Amor ao trabalho.
- b) *Sobrenaturais:* Oração — Sacramentos — Devoção a Nossa Senhora.

4 — Comportamento didático

- a) *Métodos:* Expositivo — Interrogativo — Ativo.
- b) *Material didático:* Quadros com gravuras sobre as histórias narradas.
Quadro negro — giz de cor — cartões com perguntas.

5 — Fixação da aprendizagem

Quadro sinótico e frases alusivas aos meios de conservar a Pureza:
Fi-las :

- "Vigiai e orai, para não cairdes em tentação" — Oração.
- "É preciso ser forte para ser puro e ser puro para ser forte" — Fortaleza.
- "É preciso ter sempre uma preocupação para a cabeça e um trabalho para as mãos" — Amor ao trabalho.
- "Os olhos são as janelas da alma" — Mortificação do olhar.
- "Quem ama o perigo, nêle perecerá" — Fuga das ocasiões.

6 — Verificação da aprendizagem

Cartões com perguntas e frases a completar, referentes à explicação, para que sejam respondidas.

Observação: O assunto é vastíssimo e será impossível encará-lo em apenas uma aula. Por conseguinte, a próxima explicação

será, ainda, com referência a estes mandamentos, para que os catequizados se convençam de que a castidade é: possível — obrigatória e vantajosa.

Pôrto Alegre — Secção Estadual do Rio Grande do Sul

Encaminho um sucinto relatório das atividades da Secção Estadual da C.R.B. do Rio Grande do Sul, durante o exercício de 1958.

A Secção reiniciou suas atividades no último domingo do mês de março. Em substituição ao Revmo. Pe. Frei Venâncio de A. Chaves OFM Cap, organizador e presidente da Secção durante dois anos, foi nomeado o Revmo. Pe. Frei Alberto de S.M. de Caxias OFM Cap. para o cargo de Presidente, que tomou posse no dia 30 de março.

Por meio de cartas circulares, dirigidas a tôdas as Comunidades Religiosas, o novo Presidente esboçou um programa mariano, com o objetivo de comemorar o primeiro centenário das aparições de N. Senhora de Lourdes. O temário proposto, por sua vez, foi aproveitado pelos Diretores dos Núcleos em suas palestras mensais.

Em tôdas as escolas e ginásios dirigidos por religiosos procurou-se organizar e instalar a *Associação de Pais e Mestres*. Hoje, graças à intensa campanha promovida, em todos os nossos colégios particulares, com raras exceções, está funcionando a Associação, com real vantagem para todos.

Coube ao Departamento de Ensino da nossa Secção Estadual a honrosa incumbência de providenciar, junto a uma equipe de eméritos professôres jesuítas, a elaboração de um importantíssimo e mui oportuno trabalho com o título: "*Educação segundo Anísio Teixeira, a Filosofia e a Igreja*" que foi publicado integralmente no "Jornal do Dia". A C.R.B. Estadual, a título de propaganda, remeteu mais de 500 exemplares às Câmaras Municipais, Estaduais e Federal. Foi também publicado na Revista da C.R.B. e enviado a tôdas as Casas Religiosas do Brasil.

Sob os auspícios da Secção Estadual realizou-se em Pôrto Alegre, durante as férias de julho, uma Semana Intensiva de Catequese e Psicologia, a cargo de competentes professôres, para tôdas as Religiosas interessadas, no assunto. Cerca de 200 Religiosas matricularam-se no referido curso.

A *Semana das Vocações Religiosas Femininas*, anunciada e preparada com bastante antecedência por circulares do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano e do Revmo. Sr. Presidente, conseguiu também êste ano consolador sucesso. Todos os Núcleos da C.R.B. sintonizaram com a orientação central. Digno de nota é o fato de que quase tôdas as Emissôras de Rádio se prontificaram a irradiar gratuitamente palestras e mensagens referentes ao tema das vocações religiosas femininas. Em Pôrto Alegre, no Dia das Vocações, Dom Vicente Scherer, DD. Arcebispo Metropolitano, quis tomar parte pessoalmente, dirigindo a um grupo de quase mil Religiosas uma alocução apropriada ao tema em foco. Foi como que uma clarinada que despertou e eletrizou as Religiosas, para serem fiéis à vocação.

Anexo à Secção Estadual foi instalado o *Departamento de Informações da*

C.R.B. Estadual, a fim de auxiliar, sobretudo, as Religiosas do interior do Estado nos problemas de subvenções, registro de professoras, de enfermeiras, etc.

A Seção Estadual agradece tôdas as atenções que lhe foram dispensadas no decorrer de 1958, e deseja a todos os membros da Diretoria da C.R.B. do Rio um feliz Ano Novo.

Pe. Frei Alberto de S. M. de Caxias OFM Cap.
Presidente

Caxias do Sul — Relatório do Núcleo da C.R.B.

O Núcleo da C.R.B. de Caxias do Sul apresenta um pequeno apanhado das principais atividades realizadas durante o ano de 1958.

A este Núcleo pertencem Religiosas de onze Congregações. Pelo Presidente da Seção Estadual foi nomeado Diretor do Núcleo o Revmo. Pe. Frei Tiago de Caxias OFM Cap, a cujo zelo se deve o bom andamento deste Núcleo. Sem quebra de continuidade, as reuniões mensais têm-se realizado no terceiro domingo de cada mês. O assunto das conferências mensais versou sobre o mistério da Encarnação, e o dogma da Imaculada Conceição.

O Núcleo de Caxias do Sul conseguiu penetrar no espírito da Conferência dos Religiosos e viver, realmente, o divino lema de união fraternal. Ao ensejo das reuniões mensais há, entre as Religiosas das diversas congregações, um entrosamento completo. As Religiosas de uma Congregação porfiam em ser úteis às coirmãs de outra Congregação. Desapareceram certos preconceitos ou constrangimentos; procuram realizar o "cor unum et anima una". Por isso não foi difícil promover, em conjunto, uma grandiosa Semana das Vocações Religiosas, que constou de palestras radíofônicas pelas Religiosas das diversas Congregações, e de uma bem original Exposição de trabalhos e atividades de cada Congregação Religiosa. O Revmo. Padre Diretor foi convidado a falar, durante essa Semana, a um mundo de meninas e moças, reunidas num vasto salão da cidade.

De 27 a 29 de janeiro de 1959 o Núcleo de Caxias do Sul programou uma Semana de Orientação Educacional e de Catequese, a cargo de duas Revdas. Madres Ursulinas do Rio. Tôdas as Religiosas da Diocese de Caxias do Sul estão convocadas para tomar parte na mencionada Semana.

Irmã da Congregação de São José, Secretária.

Florianópolis — Formação de Catequistas

Na certeza de causar satisfação a V. Revma., comunico-lhe que o Revmo Pe. Loebmann, Presidente desta Seção, fêz, a 1.º de dezembro, a entrega do diploma de Catequista a cinquenta normalistas aqui na sede. Trinta e três normalistas receberam igual diploma em Tubarão, e dezenove ginásianas em Lajes; das outras cidades ainda não recebemos comunicado do número das alunas diplomadas neste mês.

A Madre Sabina e demais Superiores da Congregação da Divina Providência e as Irmãs estamos muito contentes com a notícia, recebida hoje, da per-

missão para o funcionamento da Escola de Auxiliares de Enfermagem. É vitória da C.R.B. que tanto trabalhou aí para conseguir êsse decreto do Ministério.

Irmã Célia Leal — Secretária

Curitiba — Ainda sôbre o ensino religioso obrigatório

Aqui vão umas rápidas notícias a respeito do decreto governamental sôbre o ensino religioso remunerado nos Estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

Essa esplêndida vitória foi possível em vista da decidida atuação do novo Secretário da Educação e Cultura, Dr. Nivon Weigert, católico de convicções profundas. Logo após sua posse, Frei Álvaro O.F.M., Diretor do Ensino Religioso da Arquidiocese, com o decisivo apôio do Sr. Arcebispo Metropolitano, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, entrou em contacto com o novo Secretário, apresentando um projeto lei a respeito. Depois de discutido e examinado pelos técnicos da Secretaria, foi apresentado à aprovação do Sr. Governador, Moyses Lupion, o qual o sancionou prontamente.

Com respeito à nomeação dos professores: o Vigário da Paróquia em cujo território se encontra o estabelecimento, com prévio entendimento e sob orientação do Departamento de Ensino Religioso, apresentará ao Diretor da Escola o professor ou professora, e o Diretor fará o pedido à Secretaria para a devida nomeação. Essa nomeação será por um ano apenas; isto para facilitar a renovação dos elementos que se mostrarem incapazes ou negligentes.

Quanto à remuneração: os professores de religião das Escolas Primárias receberão a mesma remuneração dos demais professores das outras matérias. Os professores das Escolas Secundárias receberão Cr\$ 110,00 por aula.

O Departamento Arquidiocesano de Ensino Religioso, em colaboração com a C.R.B. e os Colégios Católicos está organizando um completo fichário de professores de religião, com diploma de catequistas, para a nomeação dos mesmos nos diversos Estabelecimentos de Ensino e para a necessária vigilância e fiscalização.

O programa aprovado é o da C.R.B.

Estamos plenamente convencidos de que nem tudo está perfeito e certos de encontrarmos em nossa caminhada dificuldades e lutas; mas esperamos com a graça de Deus e com as experiências que iremos alcançando no primeiro ano de trabalho, vencer as lutas e melhorar sempre mais.

Pe. Geraldo da I. Conceição — Presidente

Recife — Encerramento do Curso de Nutricionismo

Representando mais uma realização concreta da C.R.B. em Pernambuco, tivemos no dia 16 de novembro o encerramento do Curso de Nutricionismo, que fôra iniciado a 4 de agosto.

A solenidade realizou-se no Convento de N. Sra. da Glória, onde funcionava o curso, com a Bênção do SSmo. Sacramento e a sessão solene da entrega dos certificados, ambas presididas pelo Revmo. Pe. Eduardo Roque Brasil, DD.

Presidente da Seção Estadual.

Abrindo a sessão, o Revmo. Pe. Presidente fez uma ligeira exposição do curso que agora se concluiu, ressaltando a utilidade e oportunidade do mesmo. Passou em seguida a palavra à oradora da turma — uma Religiosa Filha de Sant'Ana — que, em estilo singelo, soube transmitir com precisão o pensamento de suas colegas concluintes.

Um número de acordeon, executado com graça e maestria precedeu à oração do Paraninfo, o Exmo. Sr. Deputado, Dr. Orlando da Cunha Parahim, que pronunciou um vibrante e belíssimo discurso. Com sua palavra eloquente e persuasiva, salientou a grande satisfação pela oportunidade que lhe fôra concedida, de colaborar um pouco nessa magnífica organização que é a C.R.B. Pôs em relêvo, de um modo todo especial, provas palpáveis da vitalidade da Santa Igreja que, *una e católica*, continúa através dos séculos a transmitir a seiva vivificante e fertilizadora que do Cristo nos legaram seus Apóstolos. Militante generoso e cheio de ardor, o Dr. Orlando Parahim, animado de um zêlo digno de um pastor de almas, exortou-nos a prosseguir em nossa faina de filhos autênticos dessa Mãe comum.

Encerrando a sessão, o Revmo., Pe. Eduardo renovou os protestos de gratidão e reconhecimento a quantos colaboraram para o êxito do Curso. Seguiu-se logo após um modesto lanche preparado pelas próprias alunas concluintes.

Entre os convidados encontravam-se a Nutricionista Da. Cleonice Trigueiro, preciosa colaboradora como membro integrante do corpo docente do curso; as Madres Gerais das Irmãs Beneditinas da Virgem e das Religiosas do Coração de Jesus.

Apresentou o Curso de Nutricionismo o seguinte movimento:

— Abertura das aulas: 4 de agosto de 1958;

— Matérias constantes do programa: Nutrição; Dietética geral; Dietética infantil; Prática de culinária e dietética;

— Corpo Docente: Dr. Orlando da Cunha Parahim: Nutrição; Da. Cleonice Trigueiro: Dietética geral, D. infantil e prática de D. infantil; Religiosa do Bom Pastor: Prática de Culinária.

— Monitoria: Religiosa do Bom Pastor;

— Número de aulas: Nutrição 14, Dietética geral 8, Dietética infantil 4, Extras (dietéticas e administração de obras) 2, Prática de culinária 5, prática de dietética infantil 1;

— Alunas matriculadas: 55; alunas que receberam o certificado de aprovação: 28; id. de frequência: 22; perderam o curso: 5.

— Encerramento: 16 de novembro de 1958.

NOVAS FUNDAÇÕES

Corumbá, Mato Grosso — Instituição de meninos pobres e abandonados oferecida ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano para ser entregue a uma Congregação Religiosa. Lugar ótimo, com muita água, boas terras para cultivo com uma área de duzentos hectares. A casa está em ótimas condições e comporta uns 50 meninos. O Juiz está disposto a entregar tudo à Congregação que a aceitar.